



Assembléia Legislativa de São Paulo

Fórum São Paulo Século 21

DEBATES - A Sociedade se Manifesta

Reforma do Estado



Assembleia Legislativa de São Paulo

Fórum São Paulo Século 21

DEBATES - A Sociedade se manifesta

Reforma do Estado

índice

31.05.2000

003

Reforma do Estado

31.05.2000

- Maria Lúcia Prandi Deputada - Coordenadora do grupo temático Reforma do Estado
- Pedro Mori – Deputado - Relator do grupo temático Reforma do Estado
- Dr. Miguel Reale Júnior – Jurista e Professor Titular de Direito Penal da Faculdade de Direito da USP
- Dr. José Eduardo Cardoso – Vereador e Professor de Direito Administrativo e Filosofia do Direito da PUC-SP
- Dr. Daniel Anemberg – Superintendente do Poupa Tempo
- Dr. Roberto Caldeira Barioni – Membro da Associação de Juízes pela Democracia
- Dr. Alfredo Barbeta – Coordenador do Centro de Integração e Cidadania
- Jaime Martins de Oliveira Neto – Representante da Associação Paulista de Magistrados – Apamagis
- Giovani Menegoz – Integrante da Comissão Temática Reforma do Estado
- Francisco Kioto Júnior – Juiz de Direito em São Paulo e Assessor do Corregedor Geral de Justiça
- Sr. Marco – Ex-Funcionário do Poupa Tempo de Santo Amaro
- Sra. Marilu Pereira – Professora - Projeto Malaguenha
- Sr. Airton Florentino de Barros – Procurador de Justiça e Coordenador do Centro de Apoio da Cidadania das Promotorias de Justiça e da Cidadania em São Paulo

SRA. MARIA LÚCIA PRANDI – Gostaria de solicitar que os presentes se sentassem, para iniciarmos nossas atividades. Agradecendo a presença de todos, vamos procurar falar bem próximos ao microfone. Estamos com um ato público lá fora. Esta é a Casa do Povo – pelo menos é o que se costuma dizer, ou o que se pretende. Temos uma manifestação dos banespianos, bem como de todos os servidores estaduais mobilizados ou já em estado de mobilização, ou, então, já em greve, especialmente Professores e Funcionários da Saúde.

Esta é uma atividade do Fórum São Paulo Século 21, Pensando São Paulo. A Mesa Diretora desta Casa, bem como os Deputados, entenderam que a Assembléia Legislativa deveria estar ouvindo setores da sociedade, em uma discussão mais ampla sobre o futuro de São Paulo.

Então, o objetivo do Fórum São Paulo Século 21 é justamente este: discutir, com os vários segmentos da sociedade, que projetos ou que propostas podem contribuir com o Poder Legislativo Estadual para nosso Estado.

Nosso tema é a Reforma do Estado. Assumi a coordenação desse tema recentemente. Também temos o Deputado Pedro Mori, que é o Relator deste grupo temático de Reforma do Estado. Hoje, nosso tema é “O poder Judiciário e o acesso à Justiça”, a Justiça como meta e fundamento do estado democrático de direito.

Convidamos, e já se encontram à Mesa, o Dr. Miguel Reale Júnior, Jurista e Professor Titular de Direito Penal da Faculdade de Direito da USP; Dr. José Eduardo Cardoso, Vereador e Professor de Direito Administrativo e Filosofia do Direito da PUC-SP; Dr. Daniel Anenberg, Superintendente do Poupa Tempo; Dr. Roberto Caldeira Barioni, Membro da Associação de Juízes pela Democracia. Temos também o Dr. Alfredo Barbeta, Coordenador do Centro de Integração e Cidadania.

Basicamente, nossa platéia é de jovens estudantes de Direito, de Conselheiros do Fórum São Paulo Século 21. Queremos registrar, também, que recebemos manifestações do Dr. Geraldo Brito Filomeno, Procurador Geral de Justiça, que, na impossibilidade de comparecer, indica o Dr. Aírton Florentino de

Barros, Procurador de Justiça e Coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça e Cidadania, a quem agradecemos a presença.

Recebemos, também, do Dr. Luiz de Macedo, Corregedor Geral de Justiça, justificativa pelo não-comparecimento e indicação do Juiz de Direito e Assessor da Corregedoria, Dr. Francisco Kioto Júnior, que está presente.

Recebemos, ainda, manifestações do Dr. Luiz Eduardo Greenhalg, que não pôde comparecer.

Vamos dar início aos trabalhos. Propomos como metodologia de trabalho, e espero que a Mesa concorde, 15 minutos, inicialmente, para cada um dos expositores. Depois, abriremos para o debate, para as discussões. Nosso tempo é mais ou menos de duas horas.

Qual a importância do tema de hoje? Penso que, assim como o Poder Legislativo, em especial, a classe política, de modo geral, está bastante desgastada por algumas atividades, por comportamentos de alguns setores do Judiciário. Temos tido, também, problemas com o desgaste das instituições, dos Poderes. E sabemos o que eles representam para o Estado democrático do direito, o que representam para a democracia. Fala-se muito em Reforma do Estado. Alguém poderá estar perguntado: Mas, afinal, Reforma do Estado é um tema para o Congresso Nacional. Como a Assembléia Legislativa coloca-se nessa questão?

Temos de estar pensando, elaborando, propondo e lutando por um Estado que realmente garanta a cidadania para todos, que garanta a distribuição de renda e, principalmente, a Justiça. Nesse sentido, sabemos que da estrutura do Poder Judiciário, enquanto sustentáculo da garantia dos direitos individuais e coletivos, precisamos fazer discussões, assim como cabe a este país uma reforma política para avançarmos na questão da democracia. Isso tem de ser feito com muita maturidade e cuidado, e não como vemos várias vezes em comportamentos, não só da mídia, mas até mesmo de setores da classe política, que vão por um viés extremamente perigoso para a democracia, que desgasta as instituições.

Um Estado democrático de direito há de ser forte o bastante para garantir a democracia e, também, para que não haja impunidade, como temos visto acontecer neste país.

Hoje é um dia muito especial. Temos de garantir para todos os cidadãos deste país a democratização da Justiça, o acesso à Justiça, enquanto direito de todos.

Digo que é um dia especial, não só pela realização deste debate, deste evento, mas também pela mobilização que tivemos, que atinge setores do funcionalismo público estadual, dos banespianos, que foi um Banco público de fomento, de desenvolvimento deste país. E este ato aí fora, que veio de maneira extremamente democrática, naquilo que a Constituição de 1988 avançou em direção à democracia participativa, solicita a esta Casa que pautem um projeto de emenda constitucional. E essa emenda não é de iniciativa de um parlamentar ou de um grupo de parlamentares. Ela é de iniciativa popular, é assinada por mais de 300 Câmaras Municipais, por várias entidades, segmentos todos de nossa sociedade. Lamentavelmente, o Poder Legislativo de São Paulo faz vistas grossas a este projeto que tramita na Casa, que simplesmente propõe que o Legislativo acolha e determine a realização de um plebiscito, para consulta à população sobre o destino do Banespa, se deve ou não continuar como Banco público, uma vez que foi federalizado na negociação da dívida do Estado com o Governo Federal.

Cito um exemplo concreto. Se, por um lado, avançamos na questão da democracia participativa na Constituição de 1988, por outro, os Poderes não podem fechar os olhos para aquilo que a sociedade organizada, extremamente representativa, solicita de todos nós.

Isso ocorre também aqui, quando digo que a Reforma do Estado é um assunto muito mais de caráter federal, mas em especial do Poder Judiciário, e todas as propostas e mudanças são aprovadas por esta Casa. Por isso entendo que esse é um tema extremamente importante.

Então, iniciaremos, de acordo com o combinado com nossos convidados, a quem mais uma vez queremos agradecer a presença, não só deles, mas de todos, que, num dia tumultuado, com o trânsito confuso, se dispuseram a estar aqui.

Passaremos a palavra, primeiramente, ao Dr. José Eduardo Cardoso, por um tempo aproximado de 15 minutos, com alguma maleabilidade, para que todos possam expor suas posições e para que possamos, assim, abrir o debate, que, acreditamos, será extremamente enriquecedor.

Chegou agora o Dr. Alfredo Barbeta, do Centro de Integração da Cidadania. Aliás, o tínhamos anunciado, mas ele não havia se sentado ainda entre nós.

SR. JOSÉ EDUARDO CARDOSO – Inicialmente, gostaria de agradecer a minha querida amiga, Deputada Maria Lúcia Prandi, pela oportunidade de poder estar aqui nesta tarde, debatendo um tema de grande importância e com uma Mesa dessa envergadura.

Aliás, vou pedir, antecipadamente, desculpas à Deputada e a todos. Vocês têm acompanhado os problemas da Câmara Municipal de São Paulo, que têm deixado nossa agenda tumultuada. Então, infelizmente, coisa que lamentarei mais que vocês, com certeza, vou ter de me retirar em seguida. Não poderei ouvir os ilustres debatedores, o que, certamente, me fará muito mal, porque gostaria de ouvi-los sobre este tema.

O problema de acesso à Justiça é de grande relevância para a democracia e para o estado de direito.

À medida que temos um Estado em que o acesso à Justiça é dificultado, a possibilidade de prestações jurisdicionais reparadoras de ofensas à lei e aos direitos dos cidadãos não consegue fluir de forma rápida, célere e de maneira a abarcar toda a sociedade, temos valores maiores da democracia e do próprio estado de direito questionados.

Então, portanto, acredito que um dos grandes desafios da democracia brasileira, e do estado de direito brasileiro, é justamente a questão do acesso à Justiça.

É necessário, primeiramente, definirmos o cenário em que esse tema se coloca.

Falar do acesso à Justiça, evidentemente, deve passar, mesmo que rapidamente, por uma compreensão do fenômeno jurídico, isto é, do papel que o Direito tem em uma sociedade. Pessoalmente, acredito que o Direito sempre foi, e será um conjunto de normas que refletem as relações de poder existente na sociedade. O Direito é um conjunto normativo que reflete todas as relações entre grupos, entre classe e entre pessoas de uma sociedade, sob a ótica do poder. O Direito é como uma fotografia efetiva das relações de poder que existem numa sociedade.

Claro, à medida que o Direito tem esse papel de ser uma síntese das relações de poder, é natural que o problema do acesso à Justiça, tomado o termo “Justiça” como o complexo orgânico do Estado que declara o Direito, isto é, como o complexo orgânico que decide litígios, que compõe as lides, e que, portanto, cumpre o papel, dentro da visão de Montesquieu, de aplicar as sanções àquelas que transgridem as leis, parece-me evidente que o acesso à Justiça, o acesso a este complexo orgânico estatal que diz o Direito é diretamente condicionado também pelas relações de poder que existem em uma sociedade.

Se o Direito é, se ele sintetiza as relações de poder, é natural que aquele poder, como todos os outros poderes do Estado, que se ligam à produção normativa e à produção de atos jurídicos estatais, claramente está ligado, umbilicalmente ligado às relações de poder sociais.

Óbvio, portanto, que em uma sociedade na qual existem desigualdades, em que o contingente de excluídos é imenso, o acesso à Justiça vai refletir de certa forma isso. Quanto maior a exclusão social, quanto maior a dominação das relações

de poder, maior será a dimensão do acesso à Justiça como forma evidente de fazer valer os direitos que são postos.

Se remontarmos aos povos da Antigüidade, se vislumbrarmos os diversos mecanismos pelos quais a sociedade aplicou situações, digamos, de sanção (chamemos assim às transgressões legais), veremos que sempre o aplicador do Direito, seja ele considerado como o soberano no aparelho do Estado, seja como um corpo orgânico à parte, ele sempre é influenciado pelas relações de poder que historicamente são determinadas.

Não haveria de ser diferente com nosso Poder Judiciário, ou com o Poder Judiciário de qualquer Estado em todo o mundo. Ou seja, o Poder Judiciário está, sim, diretamente ligado, enquanto órgão aplicador do Direito, às próprias relações de poder que informam este fenômeno jurídico, que informam o campo normativo.

Portanto, no Brasil, temos claramente um distanciamento muito grande da população em relação ao acesso ao Poder Judiciário. Não haveria de ser diferente, em um país com milhões de excluídos, no qual temos a realidade que temos, e eu não preciso descrevê-la, porque todos vocês a conhecem muito bem. Seria descabido imaginar que tivéssemos um verdadeiro paraíso, uma ilha, na possibilidade de acesso ao Poder Judiciário. Não é verdade.

Eu diria que essas dificuldades de acesso ao Judiciário ligam-se a diversas questões. Algumas do pano estrutural do próprio Estado, que também reflete essas relações de poder. Outras até mesmo do ponto de vista ideológico, do conjunto de valores dominantes na sociedade, que acabam determinando que as coisas sejam assim e que se apresentem dessa maneira.

Vejam, por exemplo, do ponto de vista objetivo, estrutural, do Estado, uma das grandes dificuldades para o acesso à Justiça, particularmente em relação às camadas mais carentes da população, que é, justamente, a questão da advocacia gratuita.

O Estado, em que pese a existência de órgãos especializados a dar advocacia gratuita àqueles que necessitam, é totalmente ineficiente em relação a

esse ponto. Ou seja, as Procuradorias do Estado, reconhecido o esforço dos profissionais que se dedicam a essa atividade, não cobrem minimamente as necessidades da população em relação às carências que estão postas na aplicação normativa do fenômeno jurídico em todo o campo da sociedade.

É muito comum pessoas estarem totalmente desamparadas do acesso à Justiça, porque não têm advogados. E mais, mesmo quando têm advogados, há uma situação rigorosamente desigual entre aquele profissional que atua em relação aos menos favorecidos e o que atua em relação aos mais favorecidos. Ou seja, a desigualdade no acesso à Justiça já começa na falta do profissional que vai defender o direito do menos favorecido, ou, quando não falta do profissional, nas condições que esse profissional tem, em relação a outras pessoas que desfrutam de um assessoramento jurídico remunerado mais amplo.

Não é difícil percebermos isso. Imaginem um indivíduo que tem um litígio, que, para ele, é importante. Às vezes, tendemos a ter uma dimensão ideológica da valoração das causas importantes; às vezes, achamos que as causas importantes são apenas aquelas que envolvem muito dinheiro. Contudo, para certas pessoas, causas que para nós podem implicar pouco dinheiro são causas da vida dele, enquanto, às vezes, causas de muito dinheiro para nós podem ser corriqueiras para um grande milionário, para alguém que desfruta de uma condição muito abastada. A verdade é que um advogado que atua para um menos favorecido tem de, na verdade, cuidar de uma quantidade de processos, de atender a um sem número de pessoas que não lhe permitem, por maior que seja a possibilidade dada, atuar como um profissional bem remunerado.

Pode um Procurador da Procuradoria da Assistência Judiciária atuar nas mesmas dimensões que um grande escritório, ao defender uma causa de uma grande empresa? É evidente que não.

Nesse ponto, os pratos da balança da Justiça já começam mal equilibrados em relação à causa do pobre e à do rico. O advogado do pobre tem dificuldade até para tirar cópias, para conseguir buscar uma testemunha em algum outro local. O

grande advogado conta com uma vasta equipe, um grande escritório, uma maravilhosa biblioteca, com pessoas que pesquisam para ele, que quotidianamente acompanham o processo na Justiça.

Quem terá mais garantia de acesso à Justiça? Aquele pobre ou o rico? Evidentemente, há uma situação de desigualdade brutal, que já começa pelo péssimo aparelhamento que o Estado tem, do ponto de vista do fornecimento da assessoria jurídica gratuita para as pessoas mais necessitadas.

Não bastasse isso, que é um impeditivo objetivo para a questão do acesso à Justiça, poderíamos enumerar muitos outros também nesse mesmo plano da objetividade. Nosso Poder Judiciário é caro em relação ao problema de custas processuais e outras questões, o que tem atingido brutalmente, hoje, inclusive – não diria os mais pobres, porque eles têm direito à Justiça gratuita –, a classe média, em dado momento. Atualmente, algumas pessoas da classe média, quando pensam em uma demanda e olham o valor das custas, às vezes desistem de fazê-la.

Portanto, esses são aspectos objetivos sobre os quais poderíamos nos alongar muito falando deles, mas apenas sinalizo que há aspectos objetivos estruturais do Estado que são verdadeiros óbices, diria verdadeiras barreiras no acesso à Justiça.

Há também outros aspectos não objetivos que eu colocaria, aspectos no plano ideológico, que dificultam profundamente o acesso à Justiça. Utilizo o termo “ideologia” na perspectiva de conjunto de idéias inconscientes que as pessoas têm, reproduzem e que acabam, às vezes, sendo reflexo das relações de poder existentes.

Por exemplo, no ponto de vista ideológico, um dos fatores que impedem o acesso à Justiça é a própria falta de consciência de direitos que a população tem no Brasil. Boa parte da população brasileira não tem noção dos direitos que possui. E, portanto, sequer lhe passa pela cabeça a possibilidade de pleitear algo no Poder Judiciário. Quem não conhece um direito não sabe que tem seu direito violado. Não sabendo disso, não se sente impulsionado a procurar a Justiça. Há uma profunda

desinformação, do ponto de vista dos direitos do cidadão. Isto, eu diria, em todos os campos que afetam especialmente a população mais excluída.

No Direito do Trabalho, por exemplo, muitas pessoas não têm noção de seus direitos. Às vezes, são lesadas em direitos básicos e não vão à Justiça. No Direito do Consumidor, as pessoas, em geral, não têm noção de seus direitos e não buscam qualquer reparação nesse campo. E posso prosseguir por aí fora, até no Direito de Família. Muitas vezes, vamos encontrar situações aberrantes, em que a falta de consciência de seus direitos faz com que a pessoa efetivamente não lute por eles.

E mais: também nesse plano ideológico, poderíamos afirmar que existe uma outra situação que é, infelizmente, ditada pela cultura política e social de nosso país, que é uma verdadeira acomodação em questões que envolvem a cidadania. Ou seja, por razões que não vêm ao caso comentar, e o tempo também não permitirá, temos uma cultura política que nos deixa muito passivos diante da violação de direitos. Fomos acostumados historicamente a ser violentados em nossa esfera subjetiva de prerrogativas. Como isso é um hábito histórico, as pessoas não se empinam, ou seja, não ficam indignadas em relação aos massacres que são colocados em sua esfera subjetiva de direitos, e passam a ver esses casos como se fossem fatos normais. Ou seja, elas sabem que são violadas, mas, pura e simplesmente, dizem que “isso normalmente acontece com todo mundo”, “isso não tem jeito mesmo”, “Deus quis assim”, “as coisas são como são”, e não lutam para que seus direitos sejam guarnecidos.

Ou seja, além da inconsciência, há, muitas vezes, a consciência passiva, isto é, a consciência que diz: “Bom! Estou consciente de que eu fui violentado, mas que fazer! A vida é assim, Deus quis assim, o destino é assim. Não mudarei o mundo sozinho. Eu nasci mesmo para ser prejudicado. Eu sou um azarado. Nasci pobre. Não tenho alternativa.” E ponto final.

Isso existe. E isso é notadamente ideológico, por força de uma série de condições históricas que necessitam de uma análise específica só em relação a elas, para justificar o porquê dessa mentalidade historicamente construída.

Além dessas condições objetivas e ideológicas, temos algumas situações que são bem localizadas, do ponto de vista orgânico de nosso Poder Judiciário, e que também são elementos desestimuladores do cidadão ter acesso à Justiça. Um deles é a morosidade. A morosidade de nosso aparelho judiciário é algo simplesmente impressionante. Não é moderna. Ela é histórica. Mais exatamente, a morosidade é um desestímulo, e aí não falo só dos despossuídos, dos excluídos, falo de todo o conjunto da sociedade. Ela é um desestímulo a que as pessoas vão ao Judiciário. Nós mesmos, que mexemos com o mundo do Direito, às vezes somos violentados em alguns direitos nossos. Exemplo: alguém bate no meu carro. Eu falo: não, eu vou entrar. Mas, espera aí. Vou ter de ir à Justiça, vou ter de entrar com uma ação, vou perder um tempo indo à audiência, depois, se perder, eu vou recorrer; se eu ganhar, o outro vai recorrer; esse negócio vai demorar três, quatro anos. Dá licença. Eu não vou ao Judiciário coisa nenhuma. Eu vou lá no meu seguro e vou dizer que bati num poste qualquer. Não vou dizer quem foi que me bateu, eu resolvo mais facilmente o problema e me privo de necessidades. Ou seja, isto é um dado. Nós mesmos, que temos uma posição, diria, privilegiada na sociedade, do ponto de vista de informação e até econômico, muitas vezes não vamos ao Judiciário porque nos sentimos desestimulados, porque não temos a rapidez e a velocidade para a solução do litígio.

Nós mesmos, aqui em São Paulo, muitas vezes vimos aí problemas políticos envolvendo governantes e as pessoas falam: “Meu Deus do céu, mas quanto tempo demora para decidirem essas ações!”

Agora, excepcionalmente, tivemos uma situação atípica no caso do Prefeito Celso Pitta, que foi afastado por uma liminar, mas, muitas vezes, as ações demoram anos e são julgadas quando o governante já deixou o Governo. As pessoas ficam profundamente desestimuladas a pedir uma prestação jurisdicional hoje, para ser

usufruída por seus bisnetos. Então, óbvio, situações desse tipo qualificam um profundo desestímulo ao cidadão em relação ao acesso à Justiça.

Para finalizar, porque meu tempo já está exaurindo-se, diria que estamos tendo, nos últimos dias, um problema que é grave, e que acho que pode ser considerado, hoje, como um problema de desestímulo, sim, ao acesso à Justiça, que tem sido as notícias de corrupção no aparelho judiciário do Estado. Estamos, lamentavelmente, convivendo com alguns casos, hoje. Talvez o Judiciário ainda, dos três Poderes, seja o que está mais preservado. Falo isso até com vergonha. Como parlamentar, gostaria que o Legislativo fosse o mais preservado, mas não é, infelizmente, o caso. Temos visto a incidência de problemas, do ponto de vista da corrupção, que para a sociedade como um todo, qualificam um fator de dificuldade ao acesso ao Judiciário.

As pessoas que sabem ou que suspeitam de um Poder não agem perante ele, a menos que, evidentemente, possam ter os caminhos das curvas estreitas, tortas e sinuosas que podem levar a um bom resultado.

Então, temos de ver com muita preocupação o problema de notícias que vêm sendo colocadas, algumas parece até que comprovadas, de corrupção no Judiciário, como um fator que tem de ser combatido de forma radical.

Aliás, acho que a corrupção, em quaisquer dos Poderes, tem de ser combatida de forma radical. No Judiciário, ela é muito preocupante, porque parece que é relativamente nova, pelo menos no noticiário da imprensa.

Isso exige algum cuidado, alguma cautela e medidas estruturais que permitam combater com eficácia a corrupção no Judiciário, da mesma forma que devemos combatê-la no Executivo e no Legislativo.

Apenas para concluir, digo o seguinte: à medida que temos todas essas dificuldades objetivas, ideológicas e orgânicas para o acesso à Justiça, o que acaba acontecendo é que o cidadão se vê sem alternativa perante a sociedade. E, cada vez mais, a imprensa começa a ocupar o papel de “*ombudsman*” da sociedade, diante da falência dos mecanismos estatais de fazer valer o direito.

Não digo que os órgãos de imprensa façam isso por razões éticas ou humanitárias. Numa sociedade capitalista como a nossa, a informação é um produto de comércio, de negociação. Transformar-se em “*ombudsman*” da sociedade num momento em que as pessoas desacreditam nas instituições é, na verdade, um ponto de audiência. É um ponto de aquisição da informação daquele programa que está sendo colocado. Temos, portanto, cada vez mais, visto a presença de telejornais transformando-se em tribunas populares. E a população, em vez de procurar um advogado, uma ação na Justiça, pensa: “Deixe-me ligar para a televisão, porque é mais fácil e mais eficaz.” Porque, por exemplo, se vou à televisão e digo: Olha, aquela empresa fez isso, me vendeu isso errado. O indivíduo da empresa liga imediatamente e fala: “Não. Não. Não. Eu já estou mandando para o senhor.” E resolve. Se ele for ao Judiciário, vai demorar dois, três anos, e ele pode perder a ação.

Isso me parece profundamente preocupante, porque, se, por um lado, a imprensa tem um papel significativo em ocupar esses espaços, por outro lado, ela não é o palco adequado para a disputa de direitos. Direito de defesa, direito de resposta, garantias processuais, garantias de direitos diante das câmeras de televisão não são muito simples de equacionar. E aí podemos ter arbítrio. Podemos ter situações passionais, situações que, evidentemente, foge àquilo que um bom julgamento exige, na hora de se aplicar o Direito, dentro daquilo que, obviamente, são as condições necessárias para tal.

Portanto, apenas para concluir, e poder falar no meu tempo rigorosamente, digo o seguinte: acho que o acesso à Justiça é um problema gravíssimo. Os legisladores têm de se ocupar disso, em conjunto com magistrados, em conjunto com entidades representativas da população, porque solucionar o problema do acesso à Justiça é, de certa forma, alavancar, radicalizar o processo de democratização de nosso país. Quanto mais tivermos a garantia de acesso à Justiça, mais democrático será nosso Estado, mais será, diria, suprimida a diferença e a distância entre poderosos e pessoas submetidas à relação de poder. E,

portanto, talvez condições mais satisfatórias teremos em nossa sociedade, para podermos viver em um clima mais harmônico, de menos desconfiança, de mais segurança e, certamente, de maior felicidade, que eu acho que é a busca que todas as sociedades devem ter em torno dos tempos.

Muito obrigado. Peço desculpar por ter de sair um pouco antes. (Palmas.)

SRA. MARIA LÚCIA PRANDI – Agradecemos profundamente ao Vereador José Eduardo Cardoso, companheiro, amigo, pessoa com a qual tenho aprendido demais nessa questão. Não sou advogada, jamais ser uma *expert* no Direito, mas na discussão, na reflexão, José Eduardo Cardoso é uma das poucas pessoas que consegue juntar a teoria, a prática e faz de seu trabalho como professor, como advogado, e como vereador, realmente, um exercício daquilo que acredita, da democracia, da teoria. Então, agradecemos profundamente sua presença. Muito obrigada.

Cometi aqui algumas indelicadezas e peço desculpas. Em primeiro lugar, ao Artur Galmano, que está aqui nos secretariando. Ele é Assessor do Deputado Pedro Mori. E o Deputado Pedro Mori é o Relator do Grupo Reforma do Estado, deste tema. Contudo, por motivo de saúde, ele não pôde comparecer. O Artur está aqui não só para secretariar os trabalhos, mas também pelo importante papel que tem tido na realização dessas atividades. Expresso também meu agradecimento, em nome de minha Assessoria, ao Pier. Agradeço a presença dos alunos de Direito da PUC, da São Francisco, da Universidade Católica de Santos, da UNIP. São algumas presenças que estou conseguindo vislumbrar. Não sei se temos também outras universidades.

Gostaria de chamar para compor a Mesa, antes de passar a palavra ao Dr. Reale, o Dr. Aírton Florentino de Barros e, também, o Dr. Jaime Martins de Oliveira Neto, que representa o Dr. Artur Marques da Silva Filho, Presidente da Associação Paulista de Magistrados.

Passaremos, agora, a palavra ao Dr. Miguel Reale Júnior, que dispensa maiores apresentações. É o grande Jurista e Professor, Titular de Direito Penal da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

SR. MIGUEL REALE JÚNIOR – Ilustre Deputada Maria Lúcia Prandi, Coordenadora deste Grupo Temático de Reforma do Estado. Ilustres componentes da Mesa, que honram esta Casa com sua presença. Senhoras e Senhores Estudantes de Direito.

Creio que José Eduardo Cardoso, em grande parte, já estabeleceu um universo importante relativo ao acesso ao Judiciário. Sem dúvida nenhuma, uma das questões básicas que já está proposta em nossa Constituição de 1988 é o relevo que foi dado à Defensoria Pública. No trabalho que realizamos agora, como Coordenadores do Diagnóstico do Sistema Criminal, verificamos que a Defensoria Pública existe de forma muito incipiente no Brasil. Em São Paulo, não temos uma Defensoria Pública. Temos uma Procuradoria do Estado. Dentro da Procuradoria do Estado, a Procuradoria de Assistência Judiciária, que tem advogados que trabalham com afinco, com dedicação, mas que, na verdade, não têm condições efetivas de prestar a devida assistência jurídica. Prestam, na realidade, uma assistência judiciária àqueles que estão sendo processados e que são hipossuficientes, que não têm condições de prover sua defesa. Eles encarregam-se, então, de promover essa defesa, seja durante o processo, seja, com muito afinco, durante a fase de execução da pena. Contudo, não há um trabalho fundamental, que é o trabalho de assistência jurídica, que precede obrigatoriamente a entrada na Justiça. Ou seja, um trabalho preventivo. O fundamental é que a população em geral tenha condições de ter um advogado que lhe mostre quais são os direitos a que ela faz jus.

Assim, a Defensoria Pública existe no Rio Grande do Sul. Ela existiu há algum tempo, de forma muito bem estruturada, no Rio de Janeiro. Existe no Ceará, apenas na cidade de Fortaleza, mas sem que haja também condições de assistência jurídica, apenas assistência judiciária junto aos presídios da Capital. Há

assistência judiciária – Defensoria Pública – em Minas Gerais, mas também apenas em Belo Horizonte e, incipientemente, nas cidades do interior. É fundamental, para que haja acesso à Justiça, primeiramente, que haja orientação jurídica àquele que tem uma pretensão, que tem a necessidade da apresentação de um seu direito junto à Justiça, para que ele saiba, primeiro, como enquadrar esse direito, quais são seus limites, o que pode exigir da parte contrária, o que pode ser negociado, o que pode realmente resolver o conflito, independentemente, aliás, de ir ao Judiciário, o que é muito mais conveniente a todos, que é uma mediação de conflito que se antecipa à ida ao Judiciário.

Assim, o fundamental é que se estabeleça, independentemente da resistência que pode ter a Procuradoria-Geral do Estado, em São Paulo, efetivamente, a Defensoria Pública. Creio que esta Casa tem uma importância fundamental em forçar que se estabeleça efetivamente a estruturação de uma Defensoria Pública em todo o Estado de São Paulo, independentemente de se fazer qualquer julgamento quanto ao trabalho da Procuradoria Jurídica do Estado, à Procuradoria do Estado, porque os Procuradores do Estado são os defensores dos interesses do Estado, não estão diretamente vocacionados a serem os Defensores Públicos, como os que irão dar assistência jurídica àqueles que necessitam, àqueles que não têm conhecimento ou meios para promover a defesa de seus interesses junto à parte contrária ou junto ao Judiciário. Portanto, a Defensoria Pública é um ponto fundamental.

Por outro lado, percebemos, na análise do sistema criminal, daquilo que ocorre no sistema criminal de São Paulo, que, hoje, grande parte da violência em São Paulo é sofrida pela população mais pobre e não pela classe média. A classe média é aquela que repercute mais intensamente a violência sofrida, mas é a classe pobre que sofre indiscutivelmente a maior de todas as violências. Violência essa que começava, nos anos 80, a manifestar-se por via dos atos de linchamento, com cerca de 30% dos homicídios praticados em São Paulo decorrentes desses casos, que ocorriam frente a órgãos estatais.

Depois passa-se, não só em São Paulo, mas em grande parte do Brasil, aos atos praticados por justiceiros, portanto, uma justiça privada, em que se determina que a pessoa A ou B deva ser crucificada, deva ser assassinada.

Passou-se dessa fase do justiceiro, da justiça privada, para uma fase muito mais grave, eu não tenho hoje exatamente o número, mas creio que por volta de 200 pessoas já foram assassinadas em São Paulo em decorrência de chacinas. E as chacinas ocorrem nas regiões mais empobrecidas, nos bolsões de pobreza dessa imensa cidade de São Paulo e das cidades médias do Estado de São Paulo. Chacinas que ocorrem também em outras cidades, como Vitória, Recife, Rio de Janeiro. E com a chacina, o que acabou acontecendo? Todos os interditos foram superados. Hoje mata-se A, e mata-se junto com A aqueles que estão a seu lado, sejam mulheres, crianças, velhos, seja quem for, porque a necessidade de matar A justifica que se matem todos os que estejam a seu lado. Então, mata-se A, B, C e D, num desrespeito profundo ao valor à vida. Houve uma banalização da vida na cidade e no Estado de São Paulo. A vida nada vale. Até porque, essas chacinas são praticadas não apenas e tão-somente em decorrência de acertos de conta relativas ao tráfico de entorpecentes, mas ocorrem por questões de somenos teor. O que se verifica é que são questões minúsculas que levam à chacina: são disputas familiares, ofensas, disputas de vizinhanças, discussões sobre o barulho de um rádio tocando alto de madrugada. São questões dessa natureza que levam a que se pratique a chacina. É a banalização da vida. A perda do significado da dignidade da pessoa humana. Total perda por meio daquilo que vem ocorrendo na cidade de São Paulo. Estamos numa guerra civil.

Verifiquei e fiquei satisfeítíssimo, e vocês vão poder ouvir aqui o Alfredo, que é o Coordenador do CIC de São Paulo, com esse trabalho extraordinário que tem sido feito pela Secretaria de Justiça, e que deve ser ampliado – creio que há a proposta de ampliação desses CICs (Centro Integrado de Cidadania) –, que é colocar o Estado onde ele é omissor. E, principalmente, além de colocar o Estado, colocar o Poder Judiciário. Creio que o Poder Judiciário não tem consciência do

papel social que representa, da importância de sua presença junto à população pobre. O que eu quero dizer é que o Juiz tem de olhar no olho do homem humilde. Porque é nesse encontro de olhares, entre a autoridade judicial e o homem humilde, que se estabelece a confiança no Estado. E é por meio dos CICs que isso vem-se realizando em São Paulo. É por meio desses centros Integrados de Cidadania, como existe na Encosta Norte, no Jardim São Luís, em Jaraguá é que se estabelece essa confiança – no Jardim Ângela ainda não tem o CIC. É proposta que haja um CIC no Jardim Ângela. Existe um centro comunitário lá. Quero dizer a vocês que fiquei comovido quando fui visitar os CICs. Fiz uma visita ao CIC lá de Encosta Norte, perto de Itaquerá, onde fui recebido pelo Alfredo. Levei o Ministro José Carlos Dias e toda a Comissão da Reforma Penal, com juristas de todo o Brasil. Lá, ficamos comovidos em ver as lideranças comunitárias reconhecendo o papel que tem o Judiciário, porque lá, na ponta da cidade, nos bolsões de pobreza, está a presença do Juiz – que é um juiz cível, não é um juiz criminal –, do Promotor Público, do Delegado de Polícia assessorado por Assistentes Sociais e Psicólogos, do Procurador do Estado, mas que vai uma vez por semana, só pela manhã. Porque há poucos Procuradores do Estado. Aí a demonstração da necessidade de uma Defensoria Pública, do Destacamento da Polícia Militar. Porque o que importa, antes de tudo, para a população pobre, quando se fala em acesso à Justiça, é a mediação dos conflitos que eles vivem em seu cotidiano. Porque se os conflitos pequenos vividos no cotidiano não são resolvidos, eles se transformam num grande problema. Esse grande problema termina em assassinato. E é isso que tem acontecido. O acesso à Justiça significa solucionar os conflitos, para impedir que amanhã alguém se torne vítima de um homicídio. Este é o acesso principal à Justiça, infelizmente, na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo: impedir que amanhã aquele que não teve acesso à Justiça venha a transformar-se em uma vítima ou em um assassino; que iria resolver pelas próprias mãos a questão que o Estado não pôde resolver.

Então, isso é que é fundamental. É a presença do Juiz. Ouvi uma senhora, uma líder comunitária, num desses CICs, dizer o seguinte: “Eu sei que agora tem um Juiz junto ao qual eu posso chegar, sem vir pisando devagarzinho e falando baixinho. Porque ele vai-me ouvir.” E o que me impressionou foi a figura de um Juiz, um jovem Magistrado, que, aliás, é Professor da Faculdade de Direito, que se entusiasmou com o trabalho que vinha realizando. De início, teve até uma certa reação de estar dedicado a um trabalho que não resulta em sentenças que vão ser apreciadas no Tribunal de Justiça, que não resulta em citação de doutrina e formação de jurisprudência, mas que resulta, sim, na solução, nesse contato íntimo, nesse contato próximo com a população pobre, que não tem mais a quem a recorrer. Porque o ponto de referência poderia ser a Delegacia de Polícia, mas ela tem um outro tipo de perspectiva, outro tipo de formação. Não como esse Delegado que trabalha no CIC, Dr. Walter. Este, sim, tem uma consciência do papel social que ele representa, antes de um papel policial.

Então, este é um caminho. É o caminho da mediação de conflitos. Esta mediação de conflitos pode ser também realizada junto com a sociedade. Como lá há o apoio das entidades intermediárias, fundamental é que os sindicatos se conscientizem de que eles podem criar, como forças intermediárias básicas da sociedade, locais de mediação de conflitos. Porque interessa à população trabalhadora e aos sindicatos promover a paz social. A paz social é uma responsabilidade do Estado. Sim, é lógico. Mas é também uma responsabilidade da própria sociedade.

Vou dar um exemplo do que acabei de conhecer em Fortaleza. Tendo contato com o Governador Tasso Jereissati, num final de tarde de uma sexta-feira, para levar a ele as propostas que estavam sendo discutidas pela Comissão do Código Penal que ali se reunia, ele disse: “Tenho algo parecido com o CIC, sobre o qual eu tenho alguma dúvida, inclusive, que efetivamente está funcionando. É incipiente. A Defensoria Pública aqui estabeleceu uma Casa de Mediação, em que os mediadores são os líderes da comunidade. Não os líderes da comunidade como os

Presidentes das Associações de Bairros. Não. São aqueles que se prontificaram a fazer um trabalho voluntário e gratuito de mediação, e que foram submetidos, única e exclusivamente, a um curso para aprender a ouvir.”

Conseguiram reunir esses mediadores, num final de tarde de sexta-feira. Lá, esses mediadores, pessoas simples, pessoas da comunidade, estavam entusiasmadas com o trabalho que iam realizando. As questões menores, que poderiam transformar-se em questões maiores, se não resolvidas de imediato, tinham sido solucionadas por esses mediadores. De 200 questões que tinham sido apresentadas até aquele instante, em alguns meses de funcionamento da Casa de Mediação, 195 tinham sido resolvidas pelos mediadores. Eles não apresentam uma solução às partes, apenas colocam-nas umas frente às outras e encaminham um entendimento entre elas. Não dão uma solução, mas dão a forma de apaziguar os espíritos, de resolver entre eles mesmos aqueles conflitos pequenos, que, se não resolvidos, se transformarão no homicídio de amanhã.

Então, que esta Casa se irmane com todas as forças vivas da sociedade, no sentido da criação de mediação de conflitos. A mediação de conflito é o caminho certo e seguro para que se venha dar acesso à Justiça, à Justiça como Justiça material e não à Justiça como Poder Judiciário.

Muitas vezes, a criação, como a Lei nº 9.099, no âmbito da Justiça criminal, dos crimes de pequeno potencial ofensivo, tem sido, infelizmente, um fracasso. E por que tem sido um fracasso? Porque muitas vezes o Juiz não está compenetrado efetivamente do papel que tem de representar de mediação, e ele quer resolver o problema o mais rápido possível. No Rio Grande do Sul, onde há Juizados Especiais Criminais, que em São Paulo não se constituíram, acabou havendo uma litigiosidade contida que aflorou, em que as Delegacias de Polícia passaram a fazer termos circunstanciais de tudo e mandar para as Varas dos Juizados Especiais Criminais. O que acabou acontecendo? Quase 70% dos casos apresentados perante a Justiça Especial Criminal foram resolvidos por via de uma intimidação do Judiciário, para que a vítima não apresentasse a representação, dizendo que “essa

é uma questão de somenos importância, essa é uma questão menor, vamos resolver, não apresente a representação”. E as vítimas saíam absolutamente decepcionadas com o Judiciário.

Então, o fundamental é que se faça uma mudança da mentalidade do Judiciário. Não adianta querer ter CIC. Não adianta querer ter Casas de Mediação. Não adianta querer ter Juizados Especiais Criminais. Não adianta ter Juizados de Pequenas Causas Cíveis, se não existe uma mudança de mentalidade do Judiciário e do Ministério Público. O Judiciário tem de se compenetrar que ele tem um papel social fundamental a ser representado. A dignidade do Judiciário não está nos autos, não está no gabinete, não está no estrado da sala no Fórum. A dignidade está na solução dos conflitos. Quanto menores as partes, mais deve haver dedicação a essa tarefa.

Digo isso com todo o respeito. Admiro e defendo o Judiciário e tenho motivos para justificar essa minha admiração, mas tenho também de fazer a crítica. O fundamental é a formação dos juízes e dos promotores na Escola Superior da Magistratura e Escola Superior do Ministério Público. É necessária uma união de todas as escolas neste país, das Escolas dos Magistrados, das Escolas do Ministério Público, na conscientização desse papel social que o Judiciário tem de representar num país absolutamente isento da presença do Estado, da presença do Judiciário junto à população mais pobre.

Isto significa acesso ao Judiciário. É esta mudança de mentalidade que é fundamental. Sem a mudança da mentalidade, não adianta criar instituições, que não serão exercidas devidamente por aqueles que são seus titulares.

Portanto, é necessário que a sociedade se organize. E vejo aqui a presença da Associação dos Magistrados, da Associação dos Juízes para a Democracia, que têm um papel importantíssimo, que são pontas avançadas de modernização e de transformação do Judiciário, porque São Paulo tem de dar este exemplo. Se existem outros Estados, como o Rio Grande do Sul, como o Paraná, onde já existem movimentos no sentido de uma mudança de mentalidade do Judiciário, é

São Paulo, no entanto, o carro-chefe, sem dúvida nenhuma, da grande transformação que pode ocorrer na mentalidade do Judiciário brasileiro.

Então, são estas as minhas palavras, ilustre deputada, na certeza de que trouxe uma pequena colaboração, mas entusiasmada, fruto de minha experiência recente na Presidência da Comissão de Reforma do Código Penal. (Palmas.)

SRA. MARIA LÚCIA PRANDI – Agradecemos profundamente, Dr. Miguel Reale Júnior, não só por seu conhecimento, por sua sabedoria, mas também por sua sensibilidade sobre o papel social do Judiciário. Quando o senhor coloca a questão de uma verdadeira guerra civil nesta cidade, e em alguns outros lugares do país, lembramo-nos dos estudos de violência da USP, que apontam que as vítimas são justamente nossos jovens. Antes, tínhamos por mote violência na faixa de trânsito e homicídio, uma faixa de 19 a 25 anos, que já era triste, terrível. Hoje, lamentavelmente, após esses finais de semanas, especialmente, temos um número na faixa de 14 a 19 anos. Quer dizer, nossas crianças, nossos jovens estão morrendo muito cedo e muito por conta dessa questão da intolerância, por conta da questão da falta de acesso à Justiça ou da mediação, da má distribuição de renda, da impossibilidade de um desenvolvimento saudável etc. Então, essa banalização da vida é o pior que pode acontecer numa sociedade, é ela acostumar-se com a violência. Lamentavelmente, temos visto essa exploração, especialmente em alguns meios de comunicação, aonde vão passando, relatando as tragédias como se fossem do cotidiano, como se fossem também novelas. E a sociedade parece que vai-se acostumando com isso, o que é profundamente lamentável, o que não podemos permitir.

O senhor, como sempre, deu uma enorme contribuição a nosso debate, às propostas que esta Casa possa estar elaborando, lembrando que a Constituição estadual de 1989 já determina a implantação de uma Defensoria Pública neste Estado, o que, lamentavelmente, até hoje não obtivemos.

Agora, passamos a palavra ao Dr. Roberto Caldeira Barioni, Membro da Associação dos Juízes para a Democracia.

SR. ROBERTO CALDEIRA BARIONI – Ilustre Deputada Maria Lúcia Prandi, a quem admiramos. Ilustre Jurista Miguel Reale Júnior. Ilustres Membros da Mesa. Senhoras e Senhores.

Queria, antes de mais nada, e para abreviar bastante minha manifestação, dizer que concordo com as colocações que foram feitas pelos ilustres palestrantes que me antecederam. De modo que não vou ficar tratando dos mesmos assuntos. Só gostaria de colocar, antes de mais nada, que a Associação Juízes para a Democracia foi fundada em 13 de maio de 1991, coincidentemente, numa sala que foi gentilmente cedida pela Faculdade do Largo de São Francisco. E ela nasceu com o objetivo declarado em seu Estatuto, sem ter nenhuma intenção de ser a única a postular a defesa desses valores, mas nasceu tendo por finalidade a luta pelo respeito absoluto e incondicional dos valores jurídicos próprios do estado democrático de direito – é a primeira de suas finalidades sociais – e, depois, seguindo-se a promoção da conscientização crescente da função judicante, como proteção efetiva dos direitos do homem, individual e coletivamente considerados; a defesa da independência do Poder Judiciário, não só perante os demais Poderes, como também perante grupos de qualquer natureza ou procedência; a democratização da Magistratura no plano interno; a Justiça considerada como autêntico serviço público; a defesa dos direitos dos menores, pobres e minorias; a criação e desenvolvimento de vínculos de cooperação e solidariedade mútuos entre operadores judiciais e associações afins; e a promoção e a defesa dos princípios da democracia pluralista.

Foi assim que a Associação, já em seu começo, e peço desculpas aos participantes da Mesa por estar aqui explicitando isso aos alunos, mas como a platéia é formada quase que só por estudantes de Direito, é interessante que eles

nos conheçam um pouco também, já que temos muito pouco espaço na mídia, e é sempre uma oportunidade de aproximação.

Já nos primórdios da Associação, ela posicionava-se firmemente contra a adoção das súmulas vinculantes, que já estão quase aprovadas na atual reforma do Poder Judiciário, com todos os seus defeitos, por nós criticados nesse tempo todo. Aliás, parece-me até que é uma luta unânime. A Apamagis também posiciona-se contra. Na Associação dos Magistrados Brasileiros, na maioria de seus componentes, também havia posicionamento contrário.

Também defendemos desde o começo a extinção da Justiça Classista na Justiça do Trabalho. Foi nossa segunda luta, acho que já vitoriosa.

Também defendemos:

- a extinção da Justiça Militar Estadual;
- a fusão das carreiras do Poder Judiciário e do Ministério Público na segunda instância;
- a extinção de certos cartórios, como o de Protestos, de Títulos e Documentos e até de Registro de Imóveis;
- a extinção dos Tribunais de Contas e sua substituição por mecanismos mais eficientes de controle da atividade orçamentária (principalmente) do Estado;
- a retificação da regra constitucional, de modo a garantir a posição da jurisprudência quanto à indenização prévia e justa nas desapropriações, embora esse assunto hoje esteja bastante aviltado.

Enfim, são alguns dos objetivos e alguns dos pontos de luta da Associação dos Juízes para a Democracia, sem nenhuma pretensão de sermos os únicos a lutar por esses ideais, por esses valores.

Tive um Professor na Faculdade de Direito da PUC, de 1968, em meu segundo ano, até 1971, o Professor Agostinho Alvim, que costumava dizer que o grande advogado se revela nas pequenas causas. Ele dizia isso porque as pequenas causas, em sua coloração ideológica e na valoração da defesa que o advogado faz, estão totalmente distanciadas daquilo que é material e daquilo que

remunera o advogado. Porque a profissão de advogado já deixou de ser compensada com rareza há muito tempo, não é? O advogado é um profissional antes de mais nada, e vocês estão estudando para tornarem-se profissionais, de preferência bem remunerados, não é?

A verdade é que o Professor Miguel Reale Júnior tem toda razão quando diz que – e eu me lembrei muito do Professor Agostinho Alvim com a fala do Professor Miguel Reale Júnior – na solução dos conflitos do cotidiano está uma das principais ações que se deveria buscar para evitar a violência de hoje. E a violência de hoje é a violência gratuita, a violência exagerada, desmedida, produzida pela ignorância, pela miséria e pela ausência do Estado na periferia.

Essa ausência do Estado faz com que as classes mais pobres, mais sofridas, uma vez que as chacinas estão mais na periferia da cidade, sejam banalizadas e conforma o cidadão da classe média, que, hoje, quando lê em seu jornal preferido a ocorrência de uma chacina na periferia, e fica sabendo que a chacina foi em Capão Redondo, por exemplo, imediatamente dá de ombros, porque não foi em Perdizes ou no Jardim Paulista. Está longe o suficiente, em suma, quando na verdade isso deveria chocar tanto quanto se fosse na casa ao lado da nossa.

A falta, a perda de capacidade de indignação por essa situação faz com que ela se agrave cada vez mais, e o número de vítimas de chacinas também acabe superando, ano a ano, a estatística anterior.

Há muitas idéias já implantadas que melhoraram bastante a aproximação da população carente com o Poder Judiciário. Lembro a criação de Juizados Itinerantes, que começou no Estado do Mato Grosso. Depois, o Estado do Rio Grande do Sul também os criou. E aqui na capital de São Paulo também já foram criados, aproximando bastante a população carente, da periferia, à Justiça. Lembro a própria criação dos Juizados Especiais. Contudo, ainda estamos muito longe, muito distantes mesmo de trazer a Justiça para perto da classe mais sofrida.

Temos, hoje, em andamento, e é aí que saio um pouquinho dos temas até agora propostos, uma reforma, uma verdadeira reforma do Estado, do ponto de

vista do Poder Judiciário. Temos um projeto de reforma constitucional em andamento no Congresso, com vários pontos altamente criticáveis. Temos, hoje, algumas leis cujos projetos estão em andamento, que restringem bastante a independência do Juiz. Até agora ela não foi muito abordada, e é esta a minha proposta de reflexão para vocês, porque senão não dá tempo de ouvi-los também, e eu gostaria muito que vocês pudessem nos fazer perguntas. Temos hoje um projeto de reforma constitucional, vamos falar dele um pouquinho, e sobre pontos esporádicos, com algumas propostas um tanto quanto vazias, e outras nem tanto, mas bastante esquisitas, como a Súmula Vinculante, que tende a reduzir a independência do Juiz; a criação do Conselho Nacional de Justiça, com uma certa facilidade, pois esse Conselho é composto por 15 pessoas e 2/3 dessas 15 pessoas, ou seja, 10 pessoas, podem fazer com que o Juiz perca o cargo. O Ministério Público segue o mesmo tipo de reforma, o Conselho Nacional também existiria e o Promotor também perderia o cargo nas mesmas hipóteses, praticamente, algumas delas, inclusive, com uma certa facilidade, como, por exemplo, residir fora da Comarca – está aqui na reforma –, já acarreta a perda do cargo para o Juiz e para o Promotor. Enfim, normas que reduzem bastante a independência do Juiz.

Temos, também, em andamento, um projeto de lei que define crimes de responsabilidade de Juízes que é um autêntico absurdo, com diversas normas e tipos penais abertos. O Professor Miguel Reale Júnior, naturalmente, poderia falar sobre isso com muito maior proficiência do que eu. Tipos penais abertos contra os quais, nós, juristas, brigamos, lutamos. Até mesmo na definição de crimes comuns existem esses tipos abertos, claramente inconstitucionais, nesse projeto, todos limitadores da independência do Juiz, que agora, se aprovarem isso, pode perder o cargo, até por falta de decoro, não se sabendo muito bem o que é falta de decoro no caso do Judiciário. No caso do Congresso, já sabemos o que que é falta de decoro, não é isso? É uma roubalheira enorme. Tem de roubar muito para ter falta de decoro. Agora, lá no Judiciário, não sabemos muito bem como é que vai ser definida

essa questão de falta de decoro. São normas que restringem, que ameaçam a independência do Juiz. E em ameaçando a independência do Juiz, claramente restringirão ainda mais o acesso ao Poder Judiciário. E agora restringirão não só o acesso do pobre, mas de todos nós, porque afinal de contas, o Juiz, para julgar uma ação de desapropriação agora, ou qualquer ação que envolva interesses da Fazenda Pública, vai ter de pensar muito antes de condenar a Fazenda, porque se condenar a Fazenda em valor exagerado, também não se sabendo muito bem o que vai ser valor exagerado, ele também poderá perder o cargo. E assim por diante.

Então, coloco essas questões à reflexão dos senhores. Como disse a vocês, meu objetivo era falar rapidinho, 10 minutos, porque vocês aproveitaram muito mais, é óbvio, a aula do Professor Miguel Reale Júnior, que gosto muito de ouvir falar. Temos ainda, aqui, o representante do Poupa Tempo, que é uma pessoa que representa um instituto que parece meio antagônico ao Poder Judiciário, porque se é para poupar tempo, o Judiciário não é o campeão do poupa tempo, não é?

Encerro minha apresentação agora. Depois, se vocês me derem a honra de merecer ser perguntado por vocês, muito lhes agradecerei.

Muito obrigado. (Palmas.)

SRA. MARIA LÚCIA PRANDI – Agradecemos profundamente ao Dr. Barioni. Quero também registrar meu respeito pela atuação não só dele, em particular, como da Associação de Juízes para a democracia, que tem-se colocado firmemente, em nenhum momento omitindo-se nas questões polêmicas de nossa sociedade, sempre em defesa da cidadania.

Lamentamos porque nossos alunos, os alunos da PUC, parece que estão com condução, e por volta de 20 horas terão realmente de deixar o espaço. Então, vamos procurar agilizar aqui um pouquinho.

Por sugestão dos palestristas, vamos chamar agora o Dr. Alfredo Barbeta, Coordenador do Centro de Integração e Cidadania, e depois o Dr. Daniel.

Então, o Dr. Alfredo, para uma experiência concreta, não é, Dr. Alfredo?

SR. ALFREDO BARBETA – Pois é.

SRA. MARIA LÚCIA PRANDI – Acho que o Dr. Barioni trouxe mesmo o que estamos discutindo aqui. No Congresso Nacional já está rolando muita coisa. Quer dizer, como estão esses projetos, como a sociedade se organiza de maneira mais intensa, nós, os setores do Judiciário, mais a sociedade, porque senão teremos, realmente, não um avanço, e sim alguns retrocessos, especialmente no sentido da independência do Judiciário, em seu sentido mais amplo, não na questão do controle externo, mas no sentido da independência do Juiz e o que isso pode significar também para todos nós.

SR. ALFREDO BARBETA – Deputada Maria Lúcia Prandi, agradeço o convite e a oportunidade de discutir, seja nesta Casa, com os alunos, enfim, num espaço público de debate, uma experiência concreta que alcança agora em setembro seus quatro primeiros anos de vida.

Professor Miguel Reale Júnior, agradeço os elogios, mas, na verdade, quem tem de elogiar somos nós do CIC. O Professor Miguel Reale Júnior, com outros juristas, com outras lideranças do movimento social antes de nós chegarmos ao CIC, foi quem, num primeiro momento, discutiu a possibilidade de uma política pública voltada para a aproximação entre o Estado e a cidadania, poderíamos dizer, de uma reaproximação entre Estado e cidadania.

Não sou da área de vocês, o que me dá uma certa liberdade para refletir segundo minhas categorias. Sou Assistente Social e Psicólogo, ou Psicólogo metido a Assistente Social, e com especialização em gestão pública de serviços públicos. Desse modo, minha reflexão parte de uma outra fonte, especialmente voltada para a idéia dos movimentos sociais da década de 80, que para mim foram a base de um projeto de integração da cidadania. Então, espero poder contribuir com uma reflexão que dê conta de criar organizações e estruturas capazes de receber tudo aquilo que

a Mesa já falou, com o qual, obviamente, concordamos. E mais do que concordar, procuramos fazer o negócio acontecer de fato no dia-a-dia.

Vou dividir minha exposição, meus 15 minutos, em dois blocos. Já se foram três minutos, de forma que dividirei os 12 minutos em dois. Farei uma pequena introdução acerca das questões que informam o projeto, dos princípios e da leitura conjuntural que dão sustentação a nosso projeto. Em um segundo momento, farei uma apresentação mais formal de como o negócio funciona e como acontece. Certo?

Primeiro, nossa avaliação é a de que a Reforma do Estado deve anunciar um novo Estado, nunca um Estado mínimo, distante das questões do dia-a-dia do cidadão. Isso equivale a dizer que não se trata nem de Estado mínimo nem de Estado máximo, mas de buscarmos num debate, num novo Pacto Social, um Estado capaz de atender às necessidades de cidadania ou de garantir a condição de cidadão. Assim, ele precisa incorporar determinados elementos, que até agora foram meio que negados ou com certeza impossibilitados, em função da tecnoburocracia que antecipa seus processos. O Poder Judiciário não está livre disso, em relação às pessoas que demandam esses processos.

A figura da integração, então, aparece com muita força. A figura da integração aparece num momento em que não é mais possível entender uma prestação de serviço público, eu diria, também, privado, que não percebesse ou não atentasse para a complexidade das questões sociais, sejam elas um conflito individual, uma questão coletiva, uma ocupação, a desocupação de uma área, seja ela um problema familiar, a própria divisa do muro, a telha que caiu na cabeça, ou coisa simples. O Professor citou nosso Delegado. O problema maior era que o vizinho de cima, numa construção de conjunto habitacional, fazia barulho às 10 horas da noite, para preparar seu almoço do da seguinte. E fazia tanto barulho, que a vizinha debaixo, uma senhora de 70 anos, não conseguia dormir às 10 horas. É essa uma das questões que chegam ao CIC. É nessa questão que interferimos, no momento em que ela está sendo originada, com um outro instrumental, que não é o

processual, que não é o lugar de destaque, do pedestal, enfim, de todo o ritual necessário ao Poder, que as Igrejas também têm, não é? Eu quase fui padre, também usava túnica, tinha um altar. Era toda uma situação. Enfim, o Poder tem todo esse esquema para ou prender o cara que batia o bife, ou o cara que batia o bife descer e dar uns tapas na cara da mulher, porque ele tinha de levar o almoço. O Dr. Walter fez duas reuniões, e não conseguindo resolver nas duas reuniões, ele então pegou uma caixinha de disquete vazia, enrolou, num momento de desespero, porque temos uma exigência muito alta de que ele crie alternativas. Enrolou aquilo num papel preto, colocou o distintivo da Polícia Civil e colocou na porta. E disse com toda a seriedade, que só um Delegado consegue, que aquilo era um dispositivo para medir a intensidade do barulho do bife. Bom! Dois dias depois, o Dr. Walter está todo feliz no CIC, porque a mulher veio agradecer e trazer um bolo para o Dr. Walter, porque ele tinha diminuído o barulho. É um exemplo absolutamente simples, mas é exatamente esse exemplo simples que me parece que dá a dimensão de um novo serviço público voltado para a garantia da cidadania.

Se, num primeiro momento, a cidadania é a conquista da moradia, num segundo momento é a convivência no entorno de um conjunto habitacional. São essas questões que vão aparecer e que não significam ir para a praça, mas o serviço público ou o Estado precisa dar essas respostas. E se eu não estiver pronto com equipamentos no interior dessas comunidades, com certeza não vou conseguir dar essas respostas. Provavelmente, a velhinha levaria uns tapas. Como as mulheres, como os rapazes da comunidade.

Primeiro, a idéia de integração, para corresponder a um momento histórico da humanidade, que é complexo, que envolve inúmeras determinantes, onde o todo já não é mais a somatória das partes, mas é a intercomunicação, a inter-relação entre todas as partes.

Enfim, qualquer questão que apareça, não pode ser vista sob uma única perspectiva. Corremos o risco de, na verdade, apenas criar um mecanismo inviável, desrespeitoso para a cidadania em dois sentidos, seja para aquele cidadão que nos

procura, seja para o contribuinte que nos paga como servidor público. Sejamos nós a faxineira ou o Presidente do Tribunal de Justiça, independentemente, recebemos da mesma fonte. Logo, temos a mesma responsabilidade com a qualidade daquilo que fazemos. E a qualidade não passa só pela diminuição do tempo do processo. Não passa só pela diminuição do tempo que eu tenho – desculpem, não é a menor referência ao Poupa Tempo –, mas passa mais por isso, passa mais por uma posição ética frente a esse cidadão. Quase que num resgate do papel do servidor público como operador da cidadania, no sentido mais amplo da palavra.

Finalmente, dessa primeira parte, a questão de novos instrumentos, de novas tecnologias, a mudança dessa cultura, o CIC meio que tenta dar resposta a isso.

Agora, de nada adiantaria um Centro Integrado de Cidadania, que responde à demanda histórica do movimento social, das novas leituras no campo da operação da Justiça, da administração da Justiça, se ele não tivesse uma base de legitimação no campo da comunidade.

Então, o CIC conta 8 ou 10 parceiros, que vamos ver em seguida, mas conta com um grupo comunitário local, que é a liderança que o Professor citou, que é a Dona Graça, que é uma liderança da Cidade Tiradentes, que compõe um fórum local, que chamamos de Conselho Local de Integração da Cidadania.

O mesmo esforço que estamos fazendo hoje para integrar o serviço público, romper com o modelo setorializado, de planejamento central, que limita a cidadania e que limita o acesso da pessoa à cidadania, também pensamos no campo da comunidade. Então, somos 19 membros, que participam da área da criança e do adolescente, da área do idoso, da área dos movimentos de saúde, de urbanização, de favela, enfim, são 19 membros que se reúnem. É claro que não vou vender para essa comunidade que ela será gestora.

Lembro-me de uma experiência, ainda na Prefeitura, quando implantamos os Conselhos de Creche, no último ano de governo da Luiza Erundina. Logo em seguida, o Maluf assumiu e acabou com os Conselhos. E nós levamos quase três anos para implantar aquela coisa fantástica.

Então, para termos o cuidado, também, de não cairmos numa promessa inviável e perder a governabilidade do projeto, não criamos o Conselho Gestor. Porque o CIC é um programa estatal. Ele rompe com a cultura do Estado centralizado. Rompe com a cultura da centralização e da concentração de serviços. Ele descentraliza. Vai para o seio da comunidade. Então, a comunidade é gestora à medida que ela participa do fórum e integra essas demandas dentro daqueles serviços, até porque, também não tenho todos os parceiros. Mas ela pode monitorar, pode apresentar novas demandas, pode discutir.

Uma última história para essa introdução foi da Terezinha, do Vista Alegre, uma pessoa fantástica, tenho o maior carinho pela Terezinha, mas ela vira para nosso Juiz do CIC Oeste e diz assim: “Olha, aqui é diferente, Dr. Paulo. Aqui é diferente porque a gente conversa. Então, se o senhor não quiser vir discutir com a gente, eu vou ter de conversar com o Dr. Ricardo.” O Dr. Ricardo é o Coordenador do Juizado Itinerante, que representa o Tribunal em nosso Conselho Superior, com quem ela já conversou inúmeras vezes. Então, ela ameaça o Juiz que está lá: “Olha, moço, ou você faz o que a gente está pedindo, ou eu vou ter de conversar com seu chefe.”

Essa relação, que vocês todos sabem, vinda da comunidade, é uma manifestação imediata que sabemos que não tem limite nenhum. Nunca pedi para a Terezinha faltar com o respeito ao Juiz. Mas, naquele momento, é uma ruptura fantástica, porque coloca o serviço, não desmerecendo, não diminuindo, muito menos comprometendo o Juiz, ao contrário, ela só quer discutir com ele como é que o atendimento vai ser feito. E esse é nosso. Não é dele.

Para não ir muito longe, enfim, porque daqui a pouco vou-me animando e acabo não explicando, então, o CIC. A primeira abordagem é que é um dos poucos projetos no Brasil e na América Latina onde há possibilidade de articular Ministério Público, Poder Judiciário e Poder Executivo num único projeto. Não é um projeto que nasceu na PAJ ou que tenha nascido na Secretaria do Trabalho ou da Assistência Social ou no Poder Judiciário. É uma percepção coletiva da

aproximação do Estado da comunidade. Percebendo o cidadão como um todo, ele rompe com a idéia de setorialidade e busca a integração.

Como gestor, a questão da integração é muito difícil, porque pressupõe a mudança de cultura que já foi abordada na Mesa, mas também pressupõe um movimento dos dois atores, no sentido da parceria, que é diferente de participação. Participação é isso que estamos fazendo aqui agora, é o voto que damos, enfim, é nossa participação num partido, num movimento, numa escola ou coisa do gênero. A parceria pressupõe a manutenção das identidades. Ela pressupõe que eu e ela somos duas pessoas diferentes, somos dois órgãos diferentes. Não é que a assistência social passa a fazer parte do Poder Judiciário no CIC. Não. É a assistência social e o Poder Judiciário cuidando de um caso, que é o terceiro, que é o produto dessa relação.

A Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania é a coordenadora do projeto. É lá que tem a sede. É lá que tem o gestor, que sou eu e mais um grupo de seis pessoas, cujo papel é articular esses serviços e garantir a chamada integração. Às vezes, fazemos o papel de síndico. Quem decide a obra somos nós. Quem faz a reforma somos nós. Quem tem de arrumar a porta para conseguir a mediação somos nós. Enfim, é todo um sistema funcionando como um relógio, para chegar lá e acontecer.

O Poder Judiciário trabalha conosco no Juizado Especial Cível, e oferece os serviços do Juizado Itinerante, por meio das jornadas, que são um segundo produto, um segundo trabalho do CIC.

A Procuradoria Geral do Estado, a PAJ, com toda a avaliação que o Professor já colocou, é exatamente a nossa. Há uma dificuldade imensa nessa relação com a PAJ. Não sou eu a pessoa mais indicada para essa avaliação. É apenas no campo gerencial. É que se você tem uma demanda real, às vezes a demanda é por orientação, é por um apoio inicial, não exatamente por processo ou coisa do gênero. Ou como a população fala, ele não está querendo dar queixa. Ele está querendo

entender. E, às vezes, o entendimento básico já possibilita, já elimina a tensão do conflito que estaria por vir em seguida.

A Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho participa do projeto, oferecendo o Posto de Atendimento ao Trabalhador, que faz a captação de vagas na região, a orientação trabalhista, o atendimento da emissão de carteira de trabalho e o encaminhamento para posto de trabalho nas regiões onde estamos.

A Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social faz a manutenção da rede de entidades sociais, porque, pensem vocês: uma família que os pais estão se separando, tem três crianças, um bebezinho, para onde essas crianças vão, como é que isso vai acontecer? A decisão final da separação é meio tranquila. A questão é como é que você faz com o cotidiano dessa família.

Então, um casal – a não ser que a questão seja já criminal –, antes de estar no Juiz, volta para o serviço social, faz dez sessões de grupo, discute, e quando ele decide pela separação, ela está consolidada e todas as suas relações estão asseguradas.

A Secretaria da Segurança Pública participa com a emissão de RG. Com a Polícia Civil, já citei o exemplo aí do Delegado. A Polícia Militar atua com um modelo de policiamento comunitário. E o DENARC faz o trabalho de prevenção ao uso de drogas.

A Secretaria da Saúde e da Cultura tem uma inserção muito pontual. Basicamente ou com eventos ou com projetos de educação e saúde, normalmente orientação. É um trabalho mais distante. Por quê? E aí compensa citar isso.

Como gestor do programa, não me interessa desestabilizar o Posto de Saúde da Região. Não me interessa diminuir o atendimento do hospital. Ao contrário. Eu quero que lá seja melhor. Eu estou com aquilo que não tinha e me relaciono com ele enquanto Governo. Mas ele tem de fazer o serviço bem feito lá no Posto de Saúde e não dentro do CIC. Esta é uma discussão velha que vai rodar por aí afora.

A Secretaria de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico oferece dentro do CIC, para os grupos, financiamento e tecnologia para desenvolvimento de cooperativismo e associativismo.

A CDHU é quem constrói o prédio. Eu não tenho recurso, não tenho verba. Quem constrói é a CDHU, dentro de terrenos que ficam para áreas comunitárias. Tem uma negociação.

A PRODESP fornece-nos toda a tecnologia em informática de atendimento.

A FUNAPE faz trabalhos pontuais conosco, especialmente em feiras de produtos produzidos nos presídios de São Paulo.

O SEADE oferece-nos todas as informações estratégicas.

No interior, todo esse sistema vai ser implantado junto com as Prefeituras.

O Fundo Social de Solidariedade é quem equipa os CICs, desde os móveis.

Ou seja, o CIC é um espaço de ação integrada do Poder Executivo, Poder Judiciário, Ministério Público, em parceria com a comunidade.

Qual o objetivo – para irmos avançando – do CIC?

Desenvolver uma política de Governo de forma integrada, com o objetivo de atuar na prevenção e solução de conflitos em sua origem. Estimular a participação solidária da comunidade. E aqui sem cair nessa leitura de terceiro setor, que me incomoda um pouco, que é “vamos deixar à solidariedade privada aquilo”, ao contrário, a idéia é resgatar novas centralidades. É resgatar o papel do cidadão em sua relação mais imediata. Vamos chegar nisso mais tarde, articular a prestação integrada de serviços públicos de qualidade e promover a inclusão social.

Estamos, então, com as populações da periferia, onde há alto índice de violência e ausência de serviços públicos. Para vocês terem idéia, estamos exatamente no franjão. O Governador Mário Covas autorizou a construção de mais 10, que vão ser instalados naqueles bairros onde os índices de violência medidos por homicídios são mais elevados. Dentre eles Grajaú, Cidade Adhemar, Brasilândia e Cachoeirinha, Perus e lá embaixo no mapa, depois do Grajaú, Capela do Socorro.

Como funciona isso tudo já abordamos, mas não custa mostrar aqui um desenho, que é o Núcleo Gerencial. Temos um Conselho Superior de Integração da Cidadania, que reúne as Secretarias de Governo e representantes dos Conselhos locais, que são da sociedade civil. Cada um tem um Conselho Local de Integração da Cidadania. Todo o sistema acontece: é o núcleo de segurança pública, de informações gerenciais, o terceiro setor em geral, a assistência ao desenvolvimento social e a distribuição de justiça, que é o nosso Juiz lá.

Para ser mais didático, vamos lá mais um segundinho. O que é um posto fixo do CIC? São prédios de 1.082 metros quadrados, com: Juizado Especial Cível, Procuradoria de Assistência Judiciária, Assistência Social e Orientação Psicossocial, Posto de Atendimento ao Trabalhador, Posto de Polícia Comunitária, Delegacia Especial da Polícia Civil, com especial atenção para segmentos mais vulneráveis, basicamente, idosos, infância, juventude e mulher.

Em São Paulo, hoje, na capital, estamos na Jova Rural, Tucuruvi – região da Zona Norte –, Itaim Paulista, Parada de Taipas – Zona Oeste –, e Jardim São Luís. Vamos cobrir São Mateus e Tiradentes.

Temos uma foto para vocês verem como é simples fazer as coisas. Não precisa de muita ostentação.

Na parte superior vocês vêem o CIC da Zona Sul. É este prédio que reúne todos os serviços. No CIC da Zona leste, estamos inaugurando nosso Juizado Especial Cível, que é um prédio novo construído ao lado.

Outro projeto nosso é o da Jornada. Percebemos que quatro postos era pouco, perto da demanda de São Paulo. Não havia recursos disponíveis naquele momento, até porque o projeto de lei, que eu conto aí com o apoio da senhora, para ser aprovado, vai vir para esta Casa ainda em julho ou talvez até mais adiante. É um projeto que hoje é informal, reúne vários órgãos com decisão interna e não tem nem decreto. Mas entendemos que o grande trabalho da cidadania é formar novas centralidades em São Paulo. Quer dizer, não é simplesmente ter Subprefeitura, Administração Regional. Não é simplesmente você reunir entidades sociais.

São Paulo é uma cidade, no sentido teórico, complexa e onde, pela própria descentralização do mercado, talvez pelo desemprego, os novos modelos de produção, as novas demandas exigem de nós uma atuação no campo local.

Então, quando falamos em formas novas centralidades é mais do que descentralizar. É você reforçar e fomentar a iniciativa de um campo determinado territorial e geográfico definido. A Jornada presta-se a isso. Reunimos em cada bairro cinco entidades sociais, independente de partido, independente de qualquer coisa. Tem alguns critérios. Ela precisa estar existindo há dois anos, estar trabalhando efetivamente, ter prestação de serviço. E essas cinco entidades formam o que chamamos de Comitê Gestor de Jornadas. Eles oferecem o espaço físico e os voluntários. Entramos com os serviços e os recursos econômicos. A Jornada, então, oferece todos aqueles serviços anteriormente citados por um prazo de uma semana. Junto com isso, oferecemos o que chamamos de curso para a cidadania, com o Ministério Público, o Poder Judiciário e nós, que discutimos a idéia de comunidade, cidadania, como é feita uma lei, o que é lei e como você faz, e, finalmente, a possibilidade do acesso à Justiça.

O atendimento é muito simples. Usamos as salas da comunidade. Já fiz Jornada em garagem. Já fiz Jornada em entidade pobre, em entidade rica. Fiz na AIB, que é o exemplo que está aqui, que é uma superestrutura no Valo Velho, como já fiz no Vista Alegre, onde nosso Juiz itinerante, na época, não tinha nem o *trailer* ainda, estava numa garagem emprestada na rua. Eram oito garagens emprestadas, e uma delas serviu, transformou-se em Poder Judiciário naquele momento. O atendimento, como vocês vêem, é uma coisa muito simples. Para mim, tem uma idéia de coisa barata. Eu não acho que qualidade, que ética demandem coisa cara. Eu acho que buscar essa alternativa é provar que é possível mudar todos os serviços.

Com essa mesma idéia, andamos São Paulo inteiro. Está aí um pouco do que fizemos de Jornadas até agora. E neste ano continuamos esse mesmo trabalho.

Para vocês terem idéia do que estou falando, e para não dizer que eu só falei de flores, deixem-me só contar isso. Nesses três anos, são 250.000 pessoas atendidas, individualmente, em média com três sessões para cada pessoa. Nosso serviço, vocês vão poder daqui a pouco avaliar, é diferente. Ele demanda um atendimento de longo prazo. Em média, 6.000 pessoas-mês em cada unidade. Aceitamos estagiários, observadores. Aceitamos avaliadores, contribuições, idéias, enfim, é um programa que se pensa como uma luz na Reforma do Estado e de um estado democrático de direito presente na comunidade. (Palmas.)

SRA MARIA LÚCIA PRANDI – O Dr. Miguel Reale Júnior tem de se retirar, conforme o combinado. Ele já havia alertado sobre essa questão. Agradecemos mais uma vez. (Palmas.)

A exposição do CIC foi extremamente importante. Penso que é um dos caminhos a percorrer. Muita gente confunde a descentralização com a pulverização de serviços, não é? O cidadão comum paga caro por essa departamentalização do Estado também.

Então, acho que o trabalho do CIC é bastante interessante e tem muito a ver – não é, Dr. Daniel? – também com o Poupa Tempo, porque muitas vezes as repartições públicas, o Estado, de um modo geral, apropriam-se do tempo do cidadão, pelas inúmeras dificuldades que impõem ao exercício da cidadania, seja em termos de documentação, de informação, de acesso a serviços públicos.

Ouviremos, agora, o Dr. Daniel Anemberg, Superintendente do Poupa Tempo.

SR. DANIEL ANEMBERG – Boa-noite a todos.

Vou prometer realmente poupar o tempo nosso, porque sei que vocês devem estar cansados. Minha exposição é muito rápida. Na verdade, estou-me sentindo um pouco um patinho fora do lago, porque a parte que o Poupa Tempo cuida é uma parte que não tem uma relação com a questão de Justiça, não tem uma relação

direta com uma reforma do Judiciário, mas tem, sim, uma relação muito grande com a Reforma do Estado.

Embora diferente do CIC, somos, eu diria, irmãos, de uma certa forma. O CIC atende e atinge os rincões e as periferias na cidade de São Paulo e, imagino, no Interior também, enquanto a idéia do Poupa Tempo é centralizar, num local só, diversos serviços públicos, serviços municipais, estaduais, federais e até do Judiciário, para que possamos fazer com que esses serviços, diferentemente do que estamos acostumados – cada um de vocês já usou algum serviço público –, possam ser eficientes, rápidos, com qualidade, e que tenhamos, é esta a idéia do Poupa Tempo, um espaço em que nos sintamos bem. Que possamos olhar para a comunicação visual e dizer que é uma comunicação adequada; que os funcionários estão treinados; dando boas informações; que há participação da população, sim, por meio de fichas de sugestões e reclamações, via Internet e assim por diante.

Na verdade, o Poupa Tempo é uma tentativa não só no Estado de São Paulo. Temos experiências como essas em outros Estados. É muito interessante perceber que, de repente, o serviço público está acordando numa questão básica: Qual que é o papel do serviço público? É servir bem à população. É para isso que o serviço público existe, para isso que os funcionários públicos são pagos. Até hoje, o que acontecia, em geral, é que ele era voltado para dentro. Vemos muito isso. As pessoas estão preocupadas com diversos aspectos, menos a questão de servir à população, que é o grande objetivo do serviço público.

Então, o Poupa Tempo, a nossa idéia, o SAC, na Bahia, o Expressinho, em Pernambuco, o Psiu, em Minas Gerais, são todos projetos com o mesmo objetivo. São centrais de atendimento à população, com o objetivo de facilitar, com o sentido de agilizar, de fazer com que haja uma reforma do Estado, mas não de dentro para fora, mas de fora para dentro, fazendo com que na ponta, isto é, onde o serviço é realizado, as pessoas possam estar exigindo um bom trabalho, e aí o próprio Estado, tem de, como num castelo de cartas, se reformar para dentro, de modificar seus procedimentos, suas rotinas, suas leis. Isso é fundamental.

O papel do Poupa Tempo, apesar de mexer menos com a comunidade do que um CIC, por exemplo, é, por meio dos serviços públicos, fazer com que haja um padrão de atendimento e que as pessoas possam se referenciar nesse padrão e dizerem que “existe, sim, a possibilidade de os serviços públicos terem qualidade, eficiência e rapidez”.

É muito interessante, porque já fomos convidados, inclusive, para ajudar a montar um padrão semelhante no IML. Pode parecer uma coisa maluca, mas o atendimento no IML, que é um momento delicado que as pessoas passam – e todo mundo de uma certa forma passa –, não tem um padrão. O padrão de atendimento no IML é horrível, pelo menos era até agora. Nesse sentido, estão nos pedindo para auxiliar, não só no IML. O pessoal do Shopping Iguatemi, é muito interessante, foi ver a experiência do Poupa Tempo, adorou e disse: “Como é que vocês fazem para treinar as pessoas?” E a nossa idéia é tentar também mostrar que é viável que um órgão público tenha essa eficiência.

Além disso, um dos grandes objetivos do Poupa Tempo é democratizar o acesso aos serviços públicos e democratizar o acesso às informações. Percebemos, é muito interessante, que muitas vezes não são os serviços públicos os mais necessitados pela população. Muitas vezes são as informações sobre esses serviços públicos. As pessoas não têm nem ao menos acesso a essas informações. É muito interessante isso, porque as pessoas precisam ter diversas formas de acesso à informação. Temos, hoje, um Teleatendimento, que é um Disque Poupa Tempo, com um 0800, e, nesse sentido, sem dúvida nenhuma, estamos disponibilizando com acessos rápidos a informação.

Farei rapidamente uma exposição dos resultados do Poupa Tempo e prometo que, em cinco minutos, terminamos.

SRA. MARIA LÚCIA PRANDI – Agradecemos e queremos dizer apenas que já havíamos anunciado, lamentavelmente, a saída dos jovens da PUC, porque eles

dependem de uma condução em que foi previamente acordado o horário. Vamos continuar com sua brilhante exposição.

SR. DANIEL ANEMBERG – O Projeto Poupa Tempo é um projeto da Secretaria de Governo e Gestão Estratégica, é, um projeto do Governo do Estado, assim como o CIC, e ele é executado pela PRODESP, que é a Empresa de Processamento de Dados do Estado de São Paulo.

Conforme já contei para vocês, o modelo de um pouco da estrutura do Estado, em geral, é assim como o Alfredo Barbeta colocou muito bem. É um modelo que, normalmente, tem algo estruturado de forma muito rígida, uma Secretaria com empresas ou com fundações, com suas superintendências, departamentos e que não conversam umas com as outras. A idéia do Poupa Tempo é começar a romper com isso.

Qual foi nossa avaliação sobre esse modelo ultrapassado? Um grande distanciamento entre as atividades-meio e a qualidade das prestação de serviços, visando às necessidades reais da população.

Uma excessiva centralização de locais de atendimentos. E aí temos algumas diferenças na implantação. O CIC, como eu disse, abrange, e o Barbeta colocou muito bem, a franja que seria bem lá no fundo. Enquanto no Poupa Tempo a idéia é a de que estejamos em locais de grande concentração de pessoas, que facilite a ida.

Então, por exemplo, Praça da Sé. Temos um Poupa Tempo ao lado da Praça da Sé para facilitar a ida das pessoas. Isso é fundamental.

Havia ausência de sistemas de avaliação da qualidade do atendimento. Até a década passada, provavelmente, o que havia muito eram os sistemas da iniciativa privada, *ombudsman*, ouvidoria, os sistemas de qualidade. Ouvimos o Pão de Açúcar e assim por diante. E o serviço público, de uma certa forma, retraído.

Acreditamos que com o Poupa Tempo, com o CIC, com a criação das Ouvidorias, isso começa a se reverter.

Finalmente, acho que o Estado, o Governo como um todo começa a entrar num momento em que precisa, sim, ser avaliado pela população. Não tem sentido não haver essa avaliação.

Também havia uma baixa transparência na relação funcionários e população. Acho que todo mundo já pegou o funcionário público que olha para o cidadão, faz cara de pouco caso, diz que não é com ele e assim por diante. Ele não está preocupado com quem está do outro lado do balcão.

Toda vez em que damos treinamento, nossa ênfase para os funcionários é: imagine você do outro lado do balcão e você cidadão, como é que você gostaria de ser atendido. Isso é fundamental.

É preciso uma maior exigência da sociedade civil em relação a seus direitos.

O Poupa Tempo, de uma certa forma, propõe, junto com o CIC, uma articulação dos órgãos para um único objetivo. Qual que é esse objetivo? O de cidadania. É um objetivo sobre o qual se fala muito. Nossa idéia é a cada dia fazer um serviço e que esse serviço seja feito com a maior presteza possível. Brincamos muito que no Poupa Tempo, e acho que no CIC também, temos pouco planejamento e muito mais fazejamento. Porque é um dia-a-dia, uma loucura atrás da outra para atender bem à população. É este o grande objetivo.

Vou mostrar alguns resultados, rapidamente. Desde 1997, que foi o ano em que começou o Poupa Tempo, já temos, montados e implantados, basicamente em 1997 e 1998, cinco Poupa Tempos. Um na Sé, que eu acho que boa parte das pessoas conhece. É um posto de 6.000 metros quadrados, com 300 serviços. Com capacidade de 12.000 atendimentos-dia. Diferentemente do CIC, que faz um atendimento que demora mais e que é importante que demore mais, no Poupa Tempo a idéia é a de que façamos serviços de qualidade, eficiência e rapidez. Isso é fundamental. Temos:

- o Posto Poupa Tempo Alfredo Issa, que é um posto menor, basicamente para RG e atestado de antecedentes;

- o Posto Campinas, o primeiro do interior, que é muito interessante, bem no centro de Campinas.

- o Posto Santo amaro, que é o maior de todos; são 9.000 metros, ao lado do Largo 13; lá atendemos por volta de 12.000 pessoas-dia; e

- o Posto Poupa Tempo de São José dos Campos, em que, pela primeira vez, fizemos uma parceria com um *shopping*. É muito interessante, porque o *shopping*, com isso, pagou grande parte de nossos custos, e de uma certa forma, para ele isso atrai, sem dúvida nenhuma, toda uma clientela que vai ao *shopping* e acaba fazendo mais alguma coisa. Então, temos pensado muito em fazer mais parcerias com *shoppings*.

Só para terem uma idéia do volume total, já atendemos mais de 16 milhões de pessoas, entre teleatendimento e atendimento direto. Não vou detalhar isso, mas temos um atendimento muito pesado diariamente. Se forem a um Poupa Tempo, vocês vão ver que entra e sai gente adoidado.

São 12 horas de atendimento por dia. Este é um grande objetivo nosso, também, de expandir o horário de atendimento. E atendemos aos sábados, inclusive, das 7 às 13.

Então, é muito interessante porque as pessoas começam a utilizar em outros horários. Não precisam mais faltar no trabalho. Podem ir em outro momento.

Dentro do Poupa Tempo, temos banco, que funciona no mesmo horário do projeto, fotocópia, enfim, temos vários serviços e a idéia é justamente esse: a pessoa vai lá e resolve seu problema. Esse é o grande objetivo.

Quais foram alguns de nossos resultados já alcançados? 16 milhões de pessoas, até abril de 2000; 28% de aprovação entre ótimo e bom, em pesquisa de satisfação realizada junto à população. Isso não quer dizer que estejamos com um ótimo atendimento. É que era muito ruim o atendimento antes e, de certa forma, na hora em que você melhora um pouco o atendimento, isso já faz uma diferença brutal. Nesse sentido, é muito bom, porque com isso interessamo-nos em mudar o padrão de atendimento do serviço público.

Há maior qualidade e produtividade na prestação de serviço pelo funcionário público. É muito interessante. Temos um uniforme. Os funcionários, muitas vezes, saem com o uniforme e são abordados na rua; as pessoas, muitas vezes, elogiam. Eles têm orgulho de trabalhar no Poupa Tempo. Isso é muito interessante, porque você recupera uma imagem do funcionário público que estava muito desgastada, visto como burocrata, marajá, corrupto e assim por diante.

E aí há um padrão de atendimento.

Gostaria, só para terminar, de mencionar mais alguns resultados que tivemos, das políticas implementadas e estratégias adotadas: uma coordenação política da Secretaria de Governo e Gestão Estratégica; uma reforma do Estado pela prestação de serviço; uma dignificação dos servidores públicos – damos uma gratificação para esse servidor; e um programa de treinamento e reciclagem.

O serviço que temos são de emissão de carteira de identidade, passando também por carteira de trabalho, carteira de motorista. Queremos colocar outros serviços, tipo serviços do Judiciário e assim por diante. Democratização de informações sobre serviços públicos. E uma avaliação da população sobre esses serviços.

Estamos, também, com o planejamento deste ano, da instalação de dois novos postos, um em Itaquera e outro em São Bernardo. E no ano que vem, a idéia é continuar o serviço.

Só para terem uma idéia, estamos trabalhando com o pessoal da Secretaria de Governo, para começar a disponibilizar mais serviços via Internet, que é outra forma, que é um público restrito, mas que é importante.

Mais que isso. Estamos pensando em fazer Poupa Tempos Móveis. Já temos todo um planejamento. A idéia é ir para a periferia e os locais onde o CIC não atenda, e que possamos atender também, com postos avançados em diversas localidades.

Basicamente, o que eu tinha para contar é um pouco disso. E aí fico à disposição para alguma pergunta. Só para dizer que, na verdade, nós temos serviço

do Judiciário, sim, como o do Tribunal de Justiça. Temos os serviços do Tribunal de Pequenas Causas. E a nossa idéia, inclusive, é ter outros serviços. O Judiciário para nós é um componente muito importante.

Agradeço a oportunidade e desculpa por ter-me excedido um pouquinho. (Palmas.)

SRA. MARIA LÚCIA PRANDI – Imagine, Dr. Daniel! Agradecemos profundamente, não só sua exposição como a importância desse trabalho oferecido pelo Estado, desse serviço Poupa Tempo.

Queremos também registrar a presença do Dr. Reinaldo Santos, Oficial de Registro Civil da Liberdade.

Vamos oferecer um tempo, infelizmente menor, ao Dr. Airton Florentino de Barros, Coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça e Cidadania, e depois ao Dr. Jaime Martins de Oliveira. Abriremos, depois, para o debate. Devo dizer que, se houver um acordo entre nós, poderemos estender o debate até às 20h30min, não muito mais, por conta de entregar o espaço aqui para a Casa. Há toda uma série de escalas de funcionários etc. Então, vamos ouvir agora o Dr. Airton Florentino de Barros.

SR. AÍRTON FLORENTINO DE BARROS – Na verdade, quero só agradecer o convite ao Ministério Público para comparecer aqui, que mais tenho a ouvir do que fazer qualquer intervenção. Foi muito importante, à medida que estou coordenando o Centro de Apoio da Cidadania das Promotorias de Justiça e da Cidadania em São Paulo, no Estado, e precisava realmente ouvir a respeito disso. Foi muito relevante mesmo ouvi-los a respeito.

Acho que a prestação de serviço feita pelo Ministério Público tem sido de certo modo reconhecida por toda a sociedade. Já está se criando um caminho para representações contra atos de improbidade com muita frequência, e esta é a função da minha Coordenadoria.

Quero acompanhar todos os palestrantes aqui, que não fizeram qualquer afirmação que eu pudesse discordar.

Quero enaltecer aqui a presença do eminente Juiz, amigo, Roberto Barioni. E acabo encampando – e essa concordância com ele eu sei que é dispensável – a preocupação dele com a reforma do Judiciário, que vem num momento equivocado, porque nós estamos em crise, e a crise nunca é o momento adequado para uma reforma tão profunda.

Entendo que o Judiciário e o Ministério Público colocam-se no mesmo ponto, estão vivendo uma crise muito forte, à medida que a sociedade tem exigido muito mais do que essas instituições podem oferecer. O Judiciário e o Ministério Público têm-se transformado em assistente social. E isso é até perigoso. Em parte, a banalização do homicídio aqui atentada pelo Professor Miguel Reale Júnior, tem a ver com a banalização dos serviços do Judiciário também. O Judiciário tem de ser procurado apenas como última alternativa e não como primeira, como tem sido na atualidade.

E era isso que teria a dizer. Queria agradecer mais uma vez o convite e ficar sempre à disposição para outros, para aprender cada vez mais. (Palmas.)

SRA. MARIA LÚCIA PRANDI – Nós é que agradecemos, Dr. Airton. Quero também registrar o respeito e a importância do Ministério Público. Realmente, é uma conquista da cidadania brasileira. Eu diria que dou um grande trabalho para o Ministério Público. Os senhores usam o termo provocar o Ministério Público, não é? E tenho tido assim excelentes resultados, principalmente na questão de acidentes do trabalho, lá no caso da Cosipa, em questões ambientais, criança e adolescente, educação. Como o senhor disse, hoje, a sociedade já começa a entender e conhecer a importância do Ministério Público, que ela também tem acionado. Quero registrar, assim, que consideramos o Ministério Público de fundamental importância.

Vamos ouvir o Dr. Jaime Martins de Oliveira Neto, que representa a Associação Paulista de Magistrados.

SR. JAIME MARTINS DE OLIVEIRA NETO – Obrigado, Deputada.

Queria, em nome da Apamagis, Associação Paulista de Magistrados, agradecer o convite que nos foi feito. Parabenizá-la e saudá-la, na pessoa de quem eu estendo esta saudação a todos os presentes.

O debate foi muito interessante. Eu gostei demais, porque foi muito enriquecedor. É evidente que não temos tempo aqui para estendermo-nos mais. Deixo só algumas considerações, para que as pessoas possam refletir um pouco sobre isso.

Temos essa reforma do Judiciário em andamento, e vimos aí quanta coisa tem sido feita com o CIC, com o Poupa Tempo, em favor de projetos de cidadania.

Muito bem. Dentro da estrutura do Poder Judiciário, temos, hoje, em razão dessa reforma, discutido bastante e sem cessar como é que podemos também melhorar essa questão do serviço público judicial, como é que o Judiciário pode modificar-se e aproximar-se mais da população.

Muitas das coisas que foram ditas aqui, que são verdadeiras, faço coro com todos os expositores, na verdade esbarram, de maneira geral, em problemas de verbas. Em geral, temos muitas boas idéias, mas o dinheiro é curto para realizá-las.

Esses projetos que têm sido apresentados, que foram o Poupa Tempo e o CIC, são maneiras que estamos encontrando para resolver os problemas sem verba. Ou seja, estamos fazendo as coisas de uma forma barata, simples, porque a verba é realmente pequena.

De qualquer forma, hoje já temos uma lei. Acho que São Paulo foi o primeiro Estado. Foi esta Casa que fez a Lei de Defesa do Usuário do Serviço Público, que envolve inclusive o Poder Judiciário. Temos, também, de debater todas essas questões que estão em voga lá no Congresso Nacional. Contudo, uma coisa é relevante. O Poder Judiciário padece hoje, a meu juízo, de uma crise de legitimidade perante a população. Esta é uma verdade que não dá para esconder mais. Perdemos a legitimidade por uma série de fatores e agora estamos correndo atrás de recuperá-la. Nossas decisões são tardias, demoram demais. Estamos

distantes da população. As pessoas não conseguem falar com o Juiz. Isso está mudando lentamente, mas está mudando. Temos de aprofundar esse debate. Veja que há muita coisa que vamos ter de tratar daqui para frente, se quisermos melhorar o Judiciário. Por exemplo, precisamos discutir o papel do Juiz. O Juiz exerce, além da função jurisdicional, a função de julgar inúmeras atividades administrativas. Precisamos saber se o Juiz deve continuar fazendo isso ou não. Corregedoria da polícia, corregedoria de cartórios, corregedoria da própria serventia são atividades administrativas. Vamos continuar fazendo isso ou não? Enfim, há muita coisa. A questão da informatização do Judiciário. Isso é fundamental. Se o Judiciário não for informatizado, é inviável que o advogado, para procurar saber como que está o processo, tenha de ir até o Fórum e procurar numa fichinha. Quer dizer, isso não dá mais.

Então, deixo essas idéias aí para vocês continuarem pensando e encontrando soluções para oferecer para nós.

Quero saudar meu colega da Associação dos Juízes para a Democracia, uma associação sempre muito combativa. E o colega do Tribunal, que também está presente aqui prestigiando este evento.

Então, deixo aqui uma saudação em nome da Apamagis e, mais uma vez, parabênizo a ilustre Deputada.

Muito obrigado. (Palmas.)

SRA MARIA LÚCIA PRANDI – Nós é que agradecemos.

Antes de abrir o debate, temos vários Conselheiros presentes, Conselheiros do Grupo Temático da Reforma do Estado. Então, abriria primeiro a palavra a eles. Estou vendo aí o Sr. Giovanni. E pediria assim, para agilizarmos, que se apresentassem rapidamente e fizessem uma intervenção ou solicitação, esclarecimentos ou propostas.

SR. GIOVANNI MENEGOZ – Meu nome é Giovanni. Faço parte da Comissão Temática Reforma do Estado. Queria só colocar uma idéia que me parece importante. Gostei muito das intervenções. É muito importante que devemos pensar no aperfeiçoamento do sistema judiciário e penal do país, no sentido de dinamizar a Justiça e generalizá-la para toda a cidadania.

Agora, parece-me que faltou uma coisa importante. Coloco aqui como idéia, inclusive para reflexão dentro da Comissão e para consulta a toda a área mais especializada, que é a Magistratura. É o seguinte. A Justiça em nosso país, mas não só em nosso país, é severa demais com os cidadãos e severa demais com a sociedade. A Justiça hoje enquadra muitos cidadãos que, absolutamente, não erraram ou fizeram ilícitos. E coloca esses cidadãos sem nenhuma condição de recuperação, de reintegração na sociedade.

Acho que, além de pensar no aperfeiçoamento de como funciona a Justiça, temos de começar a pensar, inclusive, em modificar as leis. Neste caso, refiro-me ao Código Penal. Esta é uma coisa que não foi colocada aqui. Há muitas formas por meio das quais cidadãos que cometeram ilícitos podem pagar à sociedade por seu erro.

Há alguns casos de Juízes, que hoje, por exemplo, utilizam o serviço comunitário, o engajamento de uma pessoa que cometeu algum crime de baixa intensidade, é claro. Não me estou referindo aos crimes hediondos ou de grande porte, como corrupção de alto nível. Refiro-me aos crimes pequenos, roubo, violência, agressão. Porque se pensássemos em penas alternativas, que não trancafiassem os cidadãos na cadeia, talvez pudéssemos recuperar melhor o indivíduo, beneficiar a sociedade, porque esse indivíduo passaria a exercer serviços que beneficiariam alguma comunidade, e melhorariamos também o problema do sistema carcerário, que hoje é uma tragédia.

Não conheço as estatísticas. Precisaria ver qual é a parte da população carcerária que cometeu crime de baixa intensidade. Desconfio que seja significativa.

Não sei se são 30, 40, 50% da população carcerária que tem de cumprir penas de seis, oito meses, um ano, porque cometeu alguma infração.

Então, acho que também nesse sentido deveríamos pensar um pouco. Ajudaria muito nosso projeto de melhorar o desempenho do Estado, da Justiça e para um mundo melhor.

Era só isso que queria falar.

SRA. MARIA LÚCIA PRANDI – O Sr. Giovanni faz uma excelente colocação e Dr. Barioni fará uma reflexão. Dr. Barioni, depois eu gostaria que o Dr. Francisco Júnior, que representa o Corregedor de Justiça, também se manifestasse.

SR. ROBERTO CALDEIRA BARIONI – Só uma reflexão sobre a colocação do Sr. Giovanni. Ainda bem que o Professor Miguel Reale Júnior já foi, porque ele é justamente o chefe da Comissão de Reforma do Código Penal. Mas o que eu queria colocar é que, em sua colocação, que é bastante justa, é preciso separar a Justiça Criminal e o sistema penitenciário. A Justiça Criminal funciona até muito bem. Muito bem. É um excelente setor do Poder Judiciário. Agora, o sistema penitenciário é que não funciona, porque não temos penitenciárias adequadas, não temos penitenciárias que possam atender à Lei de Execuções Criminais, a ponto de ela ser tida como uma lei suíça num país tropical. Até hoje não temos uma única prisão albergue no Brasil inteiro. Então, é óbvio que precisamos e encarecemos a necessidade de dirigir esforços aqui no sistema penitenciário.

Agora, a Justiça Criminal até que funciona muito bem. A legislação penal é que está ultrapassada.

Esta é a colocação que eu queria deixar.

SRA. MARIA LÚCIA PRANDI – Olha, também vou fazer uma observação. Eu vi a Comissão de Direitos Humanos do Congresso Nacional, onde o Deputado Rolim apresentava justamente alguns dados, e bem nessa linha que o Sr. Giovanni

falou. Por exemplo, na Inglaterra, 80% são penas alternativas, como prestação de serviços à comunidade ou albergues. Enfim, estávamos avançando nisso, até o posicionamento do Ministro José Carlos Dias. Não sei se agora vamos ter um retrocesso. E sentimos demais isso, principalmente em relação aos adolescentes. Apesar de um trabalho importantíssimo do Ministério Público e também de alguns Juízes numa posição já de acordo com o ECA, no sentido de ver o adolescente como ser em formação, e, portanto, em condições especiais. Mas, muitas vezes, há ainda aquela mentalidade da privação de liberdade, como se esta fosse a única maneira realmente da reabilitação, da reinserção do jovem ou do adulto. E aí temos essa superlotação. Acho que não se resolverá isso. Acho que tem de mudar muita coisa no sistema penitenciário, a questão do albergue e tudo isso. É uma coisa assim ainda. Compreendi perfeitamente, concordo com o senhor, mas acho que é um tema sobre o qual a sociedade deve ter mais reflexão. Porque à medida que a sociedade está muito angustiada, extremamente violentada no seu direito à segurança, ela exige medidas mais duras, que nem sempre serão as melhores para a sociedade. E aí eu insisto mais uma vez em setores da mídia, posicionamentos de alguns políticos que reforçam isso. Também é uma frase do Deputado Rolim, que vi na TV Câmara ontem de madrugada, e ele diz o seguinte: “Estado mínimo, Código Penal máximo.” Quer dizer, é uma coisa meio assim também.

Desculpem-me, porque a pergunta não era para mim. Como políticos, sempre nos manifestamos.

Antes de um outro Conselheiro pronunciar-se, queria dar a palavra ao Dr. Francisco Kioto Júnior, que representa o Corregedor Geral de Justiça, Dr. Luiz de Macedo.

SR. FRANCISCO KIOTO JÚNIOR – Meu nome é Francisco Kioto, sou Juiz de Direito em São Paulo, Capital, e Assessor do Corregedor Geral de Justiça. Agradeço, em nome do Corregedor, o convite formulado, e à nobre Deputada,

parabenizando os componentes da Mesa. E, ainda, ao Dr. Jaime e ao Dr. Barioni, nossos colegas.

Aponto aos senhores algumas situações que, me pareceram, devem ser repisadas aqui. Faço coro às pessoas que fizeram as palestras. Endosso grande parte daquilo que foi dito.

Foi mencionado que a presença do Juiz na periferia é de certa forma inexistente. Vimos, aqui, que o Sr. Alfredo Barbeta trouxe uma motivação que na periferia, no CIC, há a presença do Juiz. Isso ele ressaltou em todos os momentos da palestra.

Agora, vamos pensar. Por que não há sempre na periferia um Magistrado? Fiz, como Juiz de Direito, o Juizado de Pequenas Causas por cerca de 10 anos. E como é que era feito o Juizado de Pequenas Causas e como é feito até atualmente? Vamos para o Fórum. Depois de desenvolver nosso serviço, chegava ao Fórum por volta de 9:00, 10:00 horas da manhã. Eu saía do Fórum Central às 18:00 horas, aonde eu julgava, e eu ia para o Fórum Regional do Tatuapé, distante vários quilômetros. Ia com meu carro, chegava no Fórum do Tatuapé já tarde e ficava até por volta de 11:00 horas da noite, pelo menos uma vez por semana eu ia lá julgar as causas, colaborar no Juizado de Pequenas Causas. Depois de 10 anos, sem qualquer remuneração – esse serviço fazíamos gratuitamente –, todos os Juízes que lá participavam faziam o serviço gratuitamente. Então, isso se torna um pouco desgastante. Vamos ficando mais velhos e já não temos o pique da juventude. Temos até prejuízo familiar. Então, parei de fazer o Juizado de Pequenas Causas, deixando isso para os mais jovens. Estão aqui o Dr. Jaime e outros colegas que o fazem.

Vamos ver o seguinte, também. A dificuldade do ingresso do jovem advogado na Magistratura. Falta Juiz. Por que falta Juiz? Porque a remuneração é baixa. Não existem mais profissionais do Direito que entram já com cinco, dez anos de formado. Hoje em dia, ele estuda Direito e ingressa na Magistratura. Ele já não tem

uma formação na advocacia que possa propiciar um desenvolvimento mais rápido. Isso dificulta, também.

Foi dito que o acesso à Justiça é muito caro. Eu concordo plenamente. Só que eu pondero o seguinte: quem estipula o valor das custas não é o Poder Judiciário. As custas são colocadas numa lei, que é realizada pelo Poder Legislativo. E esse dinheiro que é pago para as custas, para um processo, é revertido para quem? Para o Poder Judiciário? Não. As custas vão para o Estado. Nenhum real que é gasto para pagamento de custas de processo irá para o Poder Judiciário. Esse valor vai para o Estado.

Aí falam da morosidade do Poder Judiciário. Realmente, o Poder Judiciário é lento. Concordo com isso. Mas por que é lento? Porque a população aumenta, mas não aumenta o número de Magistrados. Continuamos deficientes com o número de Magistrados. Em cada concurso que é realizado por ano, ingressam 50 novos colegas. A população aumenta 1 milhão por ano, e 1 milhão gera um número “x” de causas. É insuportável você ter de julgar um número maior de causas com sacrifício pessoal. Havia dias em que eu chegava em casa e meus filhos estavam dormindo. No dia seguinte, levantavam cedo para ir para o colégio. Eu voltava à noite e não conseguia ver meus filhos. Mas falo em meu nome? Não. A maioria dos Magistrados tem uma situação assemelhada. Um excesso de processos e um número reduzido de Magistrados.

Falou-se também na corrupção do Poder Judiciário. Só que devemos distinguir, no Poder Judiciário, essa notícia que houve de corrupção. Salvo engano, foi no Judiciário Trabalhista.

O Dr. Jaime, o Dr. Barioni e eu somos Juízes da Justiça Estadual. Não devemos confundir a Justiça Estadual com outros órgãos do Poder Judiciário. Tudo pode ser Poder Judiciário, mas nós fazemos parte da Justiça Estadual, e graças a Deus, na Justiça Estadual não há menção a atos de corrupção. Ou se há, são insignificantes dentro do contexto todo da Magistratura. e são punidos e excluídos.

Deputada, em princípio, eram algumas das ponderações que eu tinha a fazer.

Muito obrigado. (Palmas.)

SRA. MARIA LÚCIA PRANDI – Nós é que agradecemos, Dr. Francisco. Com sua experiência pessoal, o senhor coloca também alguns itens aí para nossa reflexão.

Bem! Daqui a pouco não vamos ter mais ninguém na Mesa. O Dr. Alfredo, do CIC, precisou também se ausentar, tendo em vista ter uma reunião num dos bairros onde trabalha.

Então, perguntamos se alguém tem alguma questão a fazer. Senão, abriremos para que os membros façam suas últimas colocações.

SR. ALDOMIRO – Por força da minha profissão, todo ano tenho de comparecer ao Poupa Tempo para tirar o atestado de antecedentes criminais. E neste ano fui surpreendido pelo tempo que lá passei.

Observei o seguinte. Era o intervalo de almoço, vamos assim dizer, entre 13:00 e 14:00 horas. Peguei a senha, computei o tempo e levou duas horas e dez minutos até eu receber meu documento.

Julguei que seria uma falha local de coordenação, de gerenciamento local. Pergunto se teriam como corrigir, se isso é uma rotina já.

SR. DANIEL ANEMBERG – Aldomiro, deixe-me colocar uma questão importante. Você tem toda razão. Algumas vezes temos falhas, e é muito importante que os cidadãos possam estar registrando isso nas fichas de sugestões e reclamações.

Agora, o grande problema que acontece algumas vezes é porque nossa capacidade de atendimento ainda não é suficiente para toda a demanda da cidade de São Paulo, principalmente. Então, muitas vezes, temos uma demora além do que achamos ser adequado.

De qualquer forma, em alguns serviços, diminuimos muito o tempo. Então, no caso, por exemplo, de uma carteira de identidade, você leva de 60 a 90 dias. No Poupa Tempo ainda não é o adequado, mas você ou tira no mesmo dia, ou em dois, três dias você tem sua carteira.

Então, na verdade, nossa idéia é estar o tempo todo analisando e discutindo com os órgãos que participam do projeto. Assim como o CIC é uma espécie de condomínio, a nossa idéia é fazer com que esses órgãos repensem seus serviços.

Então, por exemplo, pessoalmente, acho que o atestado de antecedentes é um absurdo que ainda se tem montado, e para isso, um dos grandes objetivos nossos é forçar com que o Instituto de Identificação, que é quem hoje tem de emitir esse atestado, provoque o Congresso, provoque outras instâncias para que não seja mais necessário algo desse tipo.

Nesse sentido, o que estou querendo colocar é que o Poupa Tempo é uma porta de entrada para começarmos a discutir a desburocratização de alguns serviços. Para começarmos a discutir, inclusive, as leis, várias totalmente ultrapassadas, e os funcionários públicos têm de segui-las. Portanto, eles na verdade dizem “olha, eu não posso fazer. Você não trouxe um documento tal, eu não posso te atender”, porque está na lei.

E é aquela idéia, sempre o cidadão é considerado culpado. Não importa que você está lá, que tenha sua carteira de identidade, que tirem suas digitais. Se você não trouxe sua certidão de nascimento, não pode tirar uma outra via. É um absurdo um negócio desses.

Então, são essas questões que começamos a discutir. É óbvio que ainda não chegamos a um ponto ideal, como você falou. Ainda existem falhas e tentamos corrigir o tempo todo. Gostaria que, depois, conversássemos, para que você fizesse a reclamação por escrito e pudéssemos, com isso, estar cobrando a administração do posto em que você foi.

SR. MARCO – Fui funcionário do Poupa Tempo de Santo Amaro por um ano e agora retornei para meu local de serviço de origem.

Estava vendo a diferenciação entre o CIC e o Poupa Tempo. Pelo fato de ter trabalho e visto o custo que foi aquela obra, penso se o Estado não poderia repensar essa modalidade. Por quê? Porque o CIC, não é defendendo a entidade, mas ele abrange uma camada da população mais pobre do que o Poupa Tempo, com um custo muito menor, e acho que com uma demonstração de cidadania da população maior do que o Poupa Tempo faz. Não estou criticando o Poupa Tempo, mas o custo que se tem para construir um Poupa Tempo, no meu modo de entender, dá para construir vários CICs no Estado.

Acho que os vários deputados que estão na Mesa poderiam até fazer um questionamento junto ao Executivo, se não teria uma forma para que essas verbas fossem mais maleáveis para uma entidade que vai para a camada mais pobre da população, enquanto o Poupa Tempo, com seu gigantismo, atende uma camada pobre, mas só que uma camada que não consegue chegar até lá. Porque o CIC consegue atender a uma camada mais periférica, e o Poupa Tempo uma camada mais centralizada.

Este é o meu questionamento.

SRA. MARIA LÚCIA PRANDI – Dr. Anemberg, vamos ouvir todos os questionamentos e, posteriormente, os membros da Mesa responderão, por uma questão de tempo.

SRA. MARILU PEREIRA – Boa noite, Senhora Deputada, Senhoras e Senhores. Desculpem o atraso, mas só comparecemos a esta Casa de Leis porque estava o nome de referência positiva de Vossa Excelência, trabalho reconhecido na área social e na defesa da cidadania. Senão ficaria um pouco difícil, porque esse tema, Poder Judiciário e o acesso à Justiça, esta que vos fala, Marilu Pereira, do Projeto Malaguenha, já trabalhou, na 3ª Conferência Estadual, aqui mesmo nesta

Casa, em dezembro. Colocávamos que São Paulo precisa da Defensoria Pública. São Paulo precisa democratizar. Parabéns ao Poupa Tempo. Mas tem um probleminha lá. Colocaram aquela máquina de foto a R\$ 6,00 no mínimo. Fica difícil integrar a população em situação de rua. Não dá para facilitar, não, aquele preço? Por favor. Até gostaríamos que chegasse ao ouvido do Sr. Governador, porque é um projeto positivo. Nós aprovamos o CRASE e tudo isso. Mas precisamos facilitar o que está lá dentro, que é acesso a uma clientela. E com um preço que consideramos muito alto, fica difícil.

Quanto ao Poder Judiciário e ao acesso à Justiça – aos senhores representantes da Magistratura de São Paulo e do Ministério Público – está complicado falar no Poder Judiciário e no acesso à Justiça quando a Escola Paulista de Magistratura, no dia 12, teve um seminário lá na Av. Paulista, 750, para tratar daquela lei do Tribunal de Haia, sobre a adoção internacional, onde só poderiam entrar os Desembargadores da Casa, que nem precisavam de inscrição prévia.

O Projeto Malaguenha, que tem uma caminhada nessa área da infância e da juventude, foi literalmente vetado pela Sra. Juíza que estava presidindo os trabalhos. A tal ponto que deixou o pessoal do Cerimonial preparadíssimo, mas com atitudes despreparadas. Coloca a Professora Marilu. Retira a Professora Marilu da sala. E depois veio a ressalva de que “por favor, inclusive, deixasse o hall do Tribunal de Justiça”. É lamentável.

Representei o Brasil com dignidade, e acho que tenho representado a criança brasileira com dignidade.

Agora, estamos fazendo pedido por escrito à Corregedoria da Magistratura, sabem por quê? Porque revendo nossos arquivos, é a mesma Juíza, lamentavelmente, que interrompeu um processo seletivo para vagas remanescentes na Faculdade de Direito da PUC, onde esta que vos fala estava participando, em total desrespeito ao edital de convocação. No meio do processo seletivo, interrompeu. Qual é o problema? Onde está pegando? É criança e adolescente?

Voltei para este país em 1983 justamente para trabalhar a defesa da criança e do adolescente e a integração no processo de redemocratização deste país.

Está por escrito. Peço aos Senhores e à Senhora Deputada, que vão ter acesso, por favor, adoção internacional é um assunto sério. Quando, com nossa equipe, passamos pelo Fórum Estadual, pelo Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, lá por 26 ou 27, quando Jundiaí não tinha ainda Conselho Tutelar, já fazíamos, a Padre Plínio e outros, a defesa da criança e do adolescente contra o exagero de crianças viajando para o Exterior. E o que é pior, sem uma fiscalização lá fora. O Itamaraty está solto nisso daí. Não sabemos para onde vão nossas crianças. E depois é como nos Estados Unidos, depois de 10 anos não dá certo, quer devolver para o Brasil. Quer dizer, não é mais cidadão brasileiro, também não é americano. Como é que fica? Cidadão de segunda categoria?

Está difícil o acesso à Justiça. O nobre representante da Magistratura falou. Precisa mudar. O Juiz não atende à população. Mas tem Juízes que estão querendo trabalhar.

O que seria de nós sem o Ministério Público? Seria difícil.

Por favor, vamos retomar essa discussão. Vamos buscar trazer para São Paulo a Defensoria Pública. Em que São Paulo é diferente do Rio de Janeiro, do Rio Grande do Sul?

Não tem verba? E as privatizações? Para onde está indo o dinheiro? Por favor.

Olha, São Paulo tem um Secretário da Justiça, Dr. Belizário, que assinamos embaixo. Fator de referência positiva, inclusive na questão do Movimento Sem Terra. Muita coisa é evitada, porque não precisa de guarda-costa, não, porque ele tem o trabalho e a moralidade dele. E eu fico muito à vontade de falar, ouviu, gente? Eu não pertenço ao PSDB, tá? É simplesmente trabalho.

Senhora Deputada, vou passar às vossas mãos. A denúncia é grave. Porque a adoção internacional interessa a todos nós, porque trata-se de criança brasileira.

E eu gostaria que os representantes da Magistratura e do Ministério Público tomassem conhecimento, porque está indo para a imprensa, a partir de amanhã.

Muito obrigada. Perdão se me estendi um pouco, mas criança e adolescente ainda valem a pena. Tem gente montando *lobby* para a adoção internacional.

SRA. MARIA LÚCIA PRANDI – Obrigada, Professora Marilu. Encaminharemos a questão. Com muita preocupação, também, vemos que nessa questão da criança e do adolescente, apesar da legislação do ECA, ainda estamos engatinhando. Ontem, tivemos aqui um grande ato, que foi justamente o lançamento do Comitê Paulista em Defesa do ECA, 10 anos e o ECA ainda não saiu do papel. Enquanto isso, a sociedade, ou alguns oportunistas, busca o rebaixamento da idade penal. Acho que estas são sempre reflexões que precisamos continuar fazendo sobre a questão do acesso à Justiça. Também quero deixar de público o excelente trabalho, não só da Professora Marilu, como do Projeto Malaguenha.

Agora, as considerações finais e, ao mesmo tempo, comentários sobre as observações que foram feitas pelo Marco e pela Professora Marilu. Gostaria que todos que quiserem se pronunciar o façam, e ao fazê-lo, já tenham suas considerações finais, porque, embora tenhamos acordado, ultrapassamos já também nosso tempo. Já são 20h50min.

SR. ROBERTO CALDEIRA BARIONI – Só queria agradecer a presença de vocês aqui, porque foi necessária uma dose de paciência muito grande de todos. Já excedemos nosso tempo e eu não tenho nada a acrescentar. E agradeço a oportunidade dada pela Deputada Maria Lúcia a respeito do convite para a Associação aqui comparecer.

Só isso. Muito obrigado. (Palmas.)

SRA. MARIA LÚCIA PRANDI – Nós é que agradecemos, Dr. Barioni, não só por sua disposição, como por seu trabalho e empenho, como também da Associação que o senhor representa.

SR. DANIEL ANEMBERG – Gostaria de agradecer também. Só respondendo rapidamente aos questionamentos: primeiro, os custos do Poupa Tempo não são tão grandes assim. Este é o primeiro ponto. Segundo, à medida que estamos atendendo no Poupa Tempo, estamos diminuindo custos de outros órgãos. Por exemplo, as Delegacias hoje têm mais liberdade para estarem executando outros serviços, que não aqueles prestados pelo Poupa Tempo, como a carteira de identidade. Isso tudo precisa ser contabilizado.

Mais que isso. Nossa idéia é ter uma integração grande com o CIC. Isto é, não acho que tenha de ser só o CIC ou só o Poupa Tempo. Tem de ser os dois. E tem de ter um número grande de Poupa Tempos e CICs, não é?

Em relação à máquina de fotos, vamos tomar as providências, já estamos tomando. Acho que tem de diminuir os valores. Não depende só de nós. Depende de um terceirizado que está lá. Mas eu concordo com você.

Em relação a tudo o que foi discutido aqui, nós estamos abertos para sugestões, para críticas. Não é um projeto acabado. E eu acho que o Poupa Tempo ainda tem muita coisa para ser feita.

Em todo caso, obrigado pela presença. Obrigado pela paciência de nos ouvir. E estamos à disposição para em qualquer outro momento vir aqui falar novamente.

Obrigado. (Palmas.)

SR. AÍRTON FLORENTINO DE BARROS – Pelo Ministério Público, quero dizer que a Declaração Francesa dos Direitos Humanos traz um rol de direitos, como é sabido, que tratam da liberdade, da dignidade humana, em outros termos, da cidadania. Mas no preâmbulo, ela traz um direito que é pressuposto, que é o da informação a respeito dos direitos da sociedade e do cidadão.

Então, em razão disso, até, quero elogiar a iniciativa da Deputada Maria Lúcia Prandi de dar essa informação, ainda que para uma platéia seleta e restrita, porque a informação é o maior direito da cidadania. Coloco-me no Ministério Público, na Líbero Badaró, à disposição de todos. (Palmas.)

SRA. MARIA LÚCIA PRANDI –Dr. Jaime Martins, da Apamagis.

SR. JAIME MARTINS DE OLIVEIRA NETO – Eu, então, aproveito mais esta oportunidade para agradecer a todos, especialmente à Deputada, pelo convite que foi feito.

E quanto aos fatos narrados pela Professora Marilu, o que posso dizer, como ela já adiantou, a questão já foi levada à Corregedoria. É a sede própria para resolver a questão. Há aqui um representante do Corregedor-Geral da Justiça. O que posso dizer aos participantes é que podem ficar tranquilos no que respeita à apuração dos fatos. Porque a Magistratura, hoje, conta com o Desembargador Márcio Bonilha na Presidência do Tribunal, o Desembargador Álvaro Lazzarini, na Primeira Vice-presidência, e o Desembargador Luiz de Macedo, pessoas muito respeitáveis e conhecidas, e não foi por acaso que chegaram a esses postos mais altos da Magistratura. De maneira que os fatos serão apurados em sede própria, seguramente.

Torno, mais uma vez, a agradecer e a parabenizar a todos os integrantes da Mesa. Muito obrigado. (Palmas.)

SRA. MARIA LÚCIA PRANDI – Então, encerrando, quero agradecer mais uma vez a presença de todos os senhores expositores, os Assessores do Gabinete do Deputado Pedro Mori. Assim como agradecer ao Pier, ao Marcelo, ao Pablo, ao Santos, do meu Gabinete, que também colaboraram. À Coordenação do Fórum, com essa Assessoria. À Lídia, sempre tão gentil e atenciosa, preparando nossa infra-estrutura. Ao Kadu. Enfim, muito especialmente a todos vocês, que nos deram

a honra da presença, que nos deram sua atenção, seu tempo. E é um tema ambicioso demais. Não pretendemos, seria muita pretensão, ter alguma coisa pronta e acabada. Penso que, ao abrimos o debate, sem nenhum preconceito, procurando sempre colocar diferentes posições de pensamento, para que possamos refletir, principalmente com a juventude e os futuros operadores do Direito, buscamos dar uma contribuição.

Quero dizer, Marilu, que esta Casa nem sempre representa, na verdade, a vontade da população. Muitas vezes, por falta de informação, talvez escolha representantes, mas é uma Casa plural, com a representatividade de todos os Partidos. E penso que temos de continuar, como acreditamos nas instituições, no Poder Judiciário, buscando mecanismos para aperfeiçoá-lo e também ao Legislativo. Não podemos desanimar. Vamos em frente.

Gostaria de dizer ao Dr. Anenberg, que tão bem colocou a questão do Poupa Tempo, quando ele ressaltou, principalmente, a figura do servidor público, que hoje é uma figura desgastada por inúmeras razões, que vivemos um momento crucial dos serviços públicos de nosso Estado, com uma paralisação já há quase um mês de toda a Educação Pública do Estado, sejam das Universidades, do Centro Paula Souza, da Rede estadual, dos serviços de saúde. E penso aí que estamos tendo muita dificuldade de encontrar um canal de mediação, de construir uma negociação.

Aliás, esta Casa, mesmo por meio de seu Presidente, já se colocou à disposição do Executivo. As entidades, as lideranças do movimento buscam esse canal de negociação. Não podemos falar em Estado sem falar, na verdade, naqueles que vão operar os serviços para atendimento aos cidadãos. Então, o senhor colocou muito bem a importância do servidor público.

Encerramos, mais uma vez agradecendo a presença de todos, e colocando-nos à disposição para outras reflexões e outros debates, em outros lugares também. Quero dizer que me sinto extremamente honrada e gratificada pela atenção que todos nos concederam. Muito obrigada. (Palmas.)

debates - a sociedade se manifesta – Reforma do Estado

Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo

Deputado Vanderlei Macris

Relator Geral do Fórum São Paulo Século 21

Deputado Arnaldo Jardim